



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2021 e Relatório do
Auditor Independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

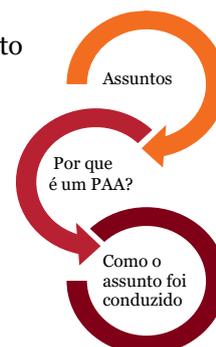
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



São Martinho S.A.

Nossa auditoria do exercício corrente foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, em relação ao ano anterior, incluímos o PAA sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins e excluimos os PAAs relacionados à mensuração do valor justo dos ativos biológicos e à adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, uma vez que, no exercício anterior, o primeiro envolvia maiores incertezas sobre determinadas premissas utilizadas na sua mensuração, pelo momento inicial da pandemia da Covid-19, e o segundo em função das complexidades inerentes a sua adoção inicial.

Porque é um PAA

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins – Nota 22.3

No exercício findo em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas reconheceram créditos tributários, no montante de R\$ 1,4 milhão, referentes a processos judiciais com trânsito em julgado relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, apurados com base no ICMS pago nos meses de competência, critério considerado incontroverso pela administração da Companhia.

A avaliação da administração com relação ao montante dos créditos que foram contabilizados foi complexa e envolveu julgamentos relevantes, principalmente relacionados aos seguintes fatores: (i) montante dos créditos, metodologia de apuração e suas bases de cálculo não estão explícitos nas sentenças judiciais favoráveis à Companhia e suas controladas; (ii) embargos de declaração ao processo de repercussão geral não haviam sido julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) até o encerramento do exercício em 31 de março de 2021, com indefinições quanto a modulação e critérios de exclusão do ICMS (valor pago ou destacado em nota fiscal); (iii) tributação por alíquota em reais por metro cúbico (*ad rem*) para PIS e Cofins sobre a comercialização do etanol; e (iv) períodos contemplados nos processos judiciais da Companhia e suas controladas abrangem competências em que estas eram cooperadas da Copersucar.

Em evento subsequente datado de 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração, definindo que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS e da Cofins. No julgamento, os efeitos da decisão foram modulados e a Corte reafirmou que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não aquele pago.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para apuração dos créditos tributários;
- Com apoio de nossos especialistas tributários, realizamos a leitura e análises das sentenças judiciais da Companhia e suas controladas, bem como discussões com a administração e seus assessores tributários sobre os critérios e julgamentos adotados na mensuração dos créditos tributários contabilizados e sobre o memorando preparado pela Companhia sobre esse tema;
- Análise sobre a decisão do STF proferida em 13 de maio de 2021;
- Análise dos entendimentos da administração de que os possíveis créditos de PIS e da Cofins advindos desse tema sobre a comercialização do etanol por alíquota *ad rem* ainda são contingentes e, portanto, não contabilizados.
- Conferimos, em base de testes, os cálculos efetuados, a integridade e acuracidade dos valores recolhidos pela Companhia e suas controladas, que foram base para apuração dos referidos créditos tributários, bem como a atualização monetária até 31 de março de 2021; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Consideramos esse como principal assunto de auditoria devido à complexidade e julgamentos, acima mencionados, para a determinação dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia e suas controladas.	informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

São Martinho S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



São Martinho S.A.

financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 21 de junho de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
1. Contexto operacional.....	8
2. Resumo das principais políticas contábeis	9
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	15
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	16
5. Contas a receber de clientes	17
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores	18
7. Ativos biológicos.....	18
8. Tributos a recuperar	21
9. Partes relacionadas	22
10. Investimentos.....	24
11. Imobilizado	25
12. Intangível	28
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar	29
14. Empréstimos e financiamentos	33
15. Fornecedores	35
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar	35
17. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber	37
18. Patrimônio líquido.....	38
19. Programa de participação nos lucros e resultados	41
20. Imposto de renda e contribuição social.....	42
21. Compromissos	45
22. Provisão para contingências.....	46
23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	49
24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	57
25. Valor Justo	58
26. Informação por segmento (consolidado)	60
27. Receitas	61
28. Outras receitas, líquidas	63
29. Custos e despesas por natureza	63
30. Resultado financeiro	64
31. Lucro por ação	64
32. Cobertura de seguros.....	65

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2021 e 2020

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	287.652	91.998	288.350	92.066
Aplicações financeiras	4	952.142	1.775.640	1.062.154	1.831.504
Contas a receber de clientes	5	170.554	125.531	215.659	165.829
Instrumentos financeiros derivativos	23	139.904	224.635	139.904	224.635
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	441.257	357.890	446.313	366.177
Ativos biológicos	7	989.540	713.547	989.540	713.547
Tributos a recuperar	8	11.980	12.303	12.062	12.303
Imposto de renda e contribuição social	20	42.248	71.257	42.250	71.257
Outros ativos		9.131	8.581	9.376	8.832
TOTAL DO CIRCULANTE		3.044.408	3.381.382	3.205.608	3.486.150
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	10.166	35.011	13.644	38.494
Estoques e adiantamento a fornecedores	6	106.838	49.916	106.838	49.916
Partes relacionadas	9	30.000	255	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	48.639	28.977	48.639	28.977
Contas a receber de clientes	5	-	-	24.189	27.192
Tributos a recuperar	8	95.315	80.051	96.241	81.046
Depósitos judiciais	22	484.779	270.872	485.029	271.060
Outros ativos		113.935	67.176	113.935	67.176
		889.672	532.258	888.515	563.861
Investimentos	10	1.486.725	1.462.223	39.951	33.868
Imobilizado	11	4.172.796	4.058.484	5.962.644	5.844.505
Intangível	12	409.093	413.075	451.742	465.689
Direito de uso	13	1.869.396	1.719.453	1.869.396	1.719.453
		7.938.010	7.653.235	8.323.733	8.063.515
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.827.682	8.185.493	9.212.248	8.627.376
TOTAL DO ATIVO		11.872.090	11.566.875	12.417.856	12.113.526

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	674.504	591.024	674.504	591.024
Arrendamentos a pagar	13	66.264	40.168	66.264	40.168
Parceria agrícola a pagar	13	285.308	203.835	285.308	203.835
Instrumentos financeiros derivativos	23	218.685	406.473	218.685	406.473
Fornecedores	15	229.644	176.848	221.707	174.524
Obrigações com a Copersucar	16	9.075	10.892	9.075	10.892
Salários e contribuições sociais		170.917	149.263	171.883	150.249
Tributos a recolher		21.979	32.477	24.229	34.730
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	7.480	4.985
Dividendos a pagar	18	102.552	54.694	102.552	54.694
Adiantamentos de clientes		17.393	34.662	17.436	34.710
Aquisição de participações societárias	9 e 17	11.638	11.664	11.638	11.664
Outros passivos		17.126	10.310	30.812	18.527
TOTAL DO CIRCULANTE		1.825.085	1.722.310	1.841.573	1.736.475
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	3.376.459	4.223.418	3.376.459	4.223.418
Arrendamentos a pagar	13	399.157	377.954	399.157	377.954
Parceria agrícola a pagar	13	1.161.905	1.053.956	1.161.905	1.053.956
Instrumentos financeiros derivativos	23	80.227	79.022	80.227	79.022
Obrigações com a Copersucar	16	167.121	179.189	167.121	179.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	306.100	214.220	834.822	746.226
Provisão para contingências	22	101.700	99.793	102.256	100.283
Aquisição de participações societárias	9 e 17	3.650	15.270	3.650	15.270
Tributos com exigibilidade suspensa	16 (b)	458.480	242.188	458.480	242.188
Outros passivos		5.617	12.879	5.617	12.869
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.060.416	6.497.889	6.589.694	7.030.375
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Capital social		2.071.819	1.696.652	2.071.819	1.696.652
Reserva de capital		-	9.418	-	9.418
Ações em tesouraria		(139.997)	(131.361)	(139.997)	(131.361)
Ajustes de avaliação patrimonial		551.050	607.022	551.050	607.022
Reservas de lucros		1.503.717	1.164.945	1.503.717	1.164.945
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.986.589	3.346.676	3.986.589	3.346.676
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.872.090	11.566.875	12.417.856	12.113.526

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas	27	4.210.492	3.579.088	4.305.083	3.693.860
Custo dos produtos vendidos	29	(2.804.465)	(2.563.599)	(2.750.835)	(2.516.996)
Lucro bruto		1.406.027	1.015.489	1.554.248	1.176.864
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	29	(170.897)	(136.108)	(173.154)	(138.197)
Despesas gerais e administrativas	29	(248.925)	(208.352)	(257.158)	(216.869)
Resultado de equivalência patrimonial	10	160.542	153.449	5.776	625
Outras receitas, líquidas	28	409.344	361.935	421.202	363.410
		150.064	170.924	(3.334)	8.969
Lucro operacional		1.556.091	1.186.413	1.550.914	1.185.833
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		48.227	107.969	63.279	117.003
Despesas financeiras		(392.797)	(415.748)	(392.914)	(415.979)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(14.867)	(35.891)	(14.867)	(35.891)
Derivativos		2.390	(117.292)	2.390	(117.292)
		(357.047)	(460.962)	(342.112)	(452.159)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.199.044	725.451	1.208.802	733.674
Imposto de renda e contribuição social	20 (a)				
Do exercício		(157.183)	(116.257)	(167.151)	(124.725)
Diferidos		(114.737)	29.816	(114.527)	30.061
Lucro líquido do exercício		927.124	639.010	927.124	639.010
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	31	2,6766	1,8339	2,6766	2,6766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020
Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2021	2020
Lucro líquido do exercício	927.124	639.010
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(154.959)	43.054
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(124.288)	(291.828)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(136.034)	(398.912)
	<u>(415.281)</u>	<u>(647.686)</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	69.808	(42.598)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	274.745	67.226
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	2.376	1.113
	<u>346.929</u>	<u>25.741</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	2.197	7.544
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	-	127
	<u>2.197</u>	<u>7.671</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(82.954)	8.000
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	150.457	(224.475)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(133.658)	(397.799)
Tributos diferidos sobre os itens acima	22.492	208.855
	<u>(43.663)</u>	<u>(405.419)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>883.461</u>	<u>233.591</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de março de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial											Reserva de lucros				Total
		Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Deemed cost		Hedge accounting	Outras	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados			
					Própria	De investidas											
Saldo em 31 de março de 2019	18	1.696.652	9.418	(234.100)	172.822	989.265	(145.732)	-	110.427	357.124	40.463	365.748	28.923	-	3.391.010		
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	(10.366)	6.272	-	-	-	-	-	-	-	4.094	-		
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.332)	-	-	-	(6.332)		
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.923)	-	-	(28.923)		
Integralização de capital com bens em controladas	-	-	-	-	(36.136)	36.136	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ajuste imposto diferido - integralização em controladas	-	-	-	-	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180		
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	-	(74.493)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.493)		
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121.902	-	(121.902)	-		
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	(405.419)	-	-	-	-	-	-	-	(405.419)		
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	177.232	-	-	-	-	(177.232)	-	-	-	-	-	-		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	639.010	639.010		
Destinação do lucro:																	
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	31.950	307.959	-	-	-	-	(339.909)	-		
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)		
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.357)	(48.357)		
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.936	-	(12.936)	-		
Saldo em 31 de março de 2020	18	1.696.652	9.418	(131.361)	126.500	1.031.673	(551.151)	-	142.377	487.851	34.131	487.650	12.936	-	3.346.676		
Saldo em 31 de março de 2020	18	1.696.652	9.418	(131.361)	126.500	1.031.673	(551.151)	-	142.377	487.851	34.131	487.650	12.936	-	3.346.676		
Aumento de capital com reservas	18 a	375.167	(9.418)	-	-	-	-	-	-	-	-	(365.749)	-	-	-		
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	(10.313)	(2.560)	-	-	-	-	-	-	-	12.873	-		
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.171)	-	-	-	(6.171)		
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.936)	-	-	(12.936)		
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	-	(8.636)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.636)		
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.933	-	(81.933)	-		
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	-	-	-	-	-	-	-	564	-	-	-	-	-	-	564		
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	(43.663)	-	-	-	-	-	-	-	(43.663)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	927.124	927.124		
Destinação do lucro:																	
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	46.356	397.880	-	-	-	-	(444.236)	-		
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)		
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.369)	(96.369)		
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197.459	-	(197.459)	-		
Saldo em 31 de março de 2021	18	2.071.819	-	(139.997)	116.187	1.029.113	(594.814)	564	188.733	885.731	27.960	203.834	197.459	-	3.986.589		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		927.124	639.010	927.124	639.010
Ajustes					
Depreciação e amortização	29	667.301	633.579	671.008	636.816
Ativos biológicos colhidos	29	715.282	613.101	715.282	613.101
Varição no valor justo de ativos biológicos	29	(64.979)	30.602	(64.979)	30.602
Amortização de contratos de energia		-	-	6.579	6.574
Resultado de equivalência patrimonial	10	(160.542)	(153.449)	(5.776)	(625)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	687	2.863	7.547	(15.734)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		178.930	248.896	171.495	243.479
Instrumentos financeiros derivativos		345.018	143.322	345.018	143.322
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	13.784	10.912	13.798	10.915
Imposto de renda e contribuição social	20 b	271.920	86.441	281.678	94.664
Tributos com exigibilidade suspensa		216.292	42.794	216.292	42.794
Ajuste a valor presente e outros		123.532	108.720	120.587	106.348
		3.234.349	2.406.791	3.405.653	2.551.266
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(31.340)	32.296	(40.178)	26.347
Estoques		(102.691)	(95.975)	(101.404)	(95.738)
Tributos a recuperar		20.258	37.361	20.267	37.324
Instrumentos financeiros derivativos		(396.656)	(123.495)	(396.656)	(123.495)
Outros ativos		(254.458)	(283.982)	(254.455)	(283.333)
Fornecedores		43.076	15.236	46.726	13.563
Salários e contribuições sociais		21.655	15.665	21.635	15.878
Tributos a recolher		(152.551)	34.104	(152.671)	33.694
Obrigações Copersucar		(13.792)	(25.832)	(13.792)	(25.832)
Provisão para contingências - liquidações	22.1	(15.476)	(19.899)	(15.489)	(19.924)
Outros passivos		(9.009)	21.897	(3.545)	24.314
Caixa proveniente das operações		2.343.365	2.014.167	2.516.091	2.154.064
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(212.512)	(178.303)	(212.512)	(178.303)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.997)	(11.960)	(30.354)	(18.882)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.107.856	1.823.904	2.273.225	1.956.879
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	31	(12.192)	(13.621)	(12.192)	(13.621)
Devolução de capital		-	-	8	-
Adições ao imobilizado e intangível		(585.392)	(523.673)	(590.604)	(532.117)
Adições ao ativo (plantio e pratos)	10 e 11	(917.711)	(852.931)	(917.711)	(852.931)
Aplicações financeiras		865.758	105.693	814.115	101.276
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	3.720	3.923	16.041	9.119
Adiantamento para futuro aumento de capital		(30.000)	(256)	-	-
Recebimento de dividendos		150.462	126.229	249	294
Caixa líquido proveniente aplicados nas atividades de investimento		(525.355)	(1.154.636)	(690.094)	(1.287.980)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamentos e parcerias	13	(295.975)	(276.168)	(295.975)	(276.168)
Captação de financiamentos - terceiros	14	212.479	546.107	212.479	546.107
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(1.107.098)	(739.887)	(1.107.098)	(739.887)
Aquisição de Ações em tesouraria	17 b	(8.636)	(74.493)	(8.636)	(74.493)
Pagamento de dividendos		(187.617)	(229.999)	(187.617)	(229.999)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.386.847)	(774.440)	(1.386.847)	(774.440)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		195.654	(105.172)	196.284	(105.541)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	91.998	197.170	92.066	197.607
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	287.652	91.998	288.350	92.066
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	952.142	1.775.640	1.062.154	1.831.504
Total de recursos disponíveis	4	1.239.794	1.867.638	1.350.504	1.923.570

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	4.539.247	3.939.711	4.640.446	4.102.611
Receita referente a construção de ativos próprios	1.227.260	1.142.445	1.227.260	1.142.445
Outras receitas	7.858	3.108	19.804	4.557
	<u>5.774.365</u>	<u>5.085.264</u>	<u>5.887.510</u>	<u>5.249.613</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.144.387)	(981.960)	(1.049.716)	(946.746)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.185.924)	(1.186.677)	(1.226.886)	(1.215.916)
	<u>(2.330.311)</u>	<u>(2.168.637)</u>	<u>(2.276.602)</u>	<u>(2.162.662)</u>
Valor adicionado bruto	<u>3.444.054</u>	<u>2.916.627</u>	<u>3.610.908</u>	<u>3.086.951</u>
Depreciação e amortização	(667.301)	(633.579)	(671.008)	(636.816)
Ativos biológicos colhidos	(715.282)	(613.101)	(715.282)	(613.101)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>2.061.471</u>	<u>1.669.947</u>	<u>2.224.618</u>	<u>1.837.034</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	160.542	153.449	5.776	625
Receitas financeiras	799.644	418.336	815.079	427.393
Outras	451.032	403.811	450.945	403.835
Valor adicionado total a distribuir	<u>3.472.689</u>	<u>2.645.543</u>	<u>3.496.418</u>	<u>2.668.887</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	608.033	588.380	608.208	588.558
Benefícios	234.227	203.797	235.091	204.540
FGETS	54.796	52.151	54.809	52.165
Honorários dos administradores	55.565	28.490	56.911	29.814
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	362.421	174.357	382.797	193.898
Estaduais	68.457	75.646	68.692	76.200
Municipais	1.540	1.286	1.811	2.028
Financiadores				
Juros	309.065	396.745	309.470	396.918
Aluguéis	4.455	3.563	4.455	3.563
Variações cambiais	595.568	318.218	595.568	318.218
Outras	251.438	163.900	251.482	163.975
Juros sobre capital próprio	120.000	151.765	120.000	151.765
Lucros retidos do exercício	<u>807.124</u>	<u>487.245</u>	<u>807.124</u>	<u>487.245</u>
Valor adicionado distribuído	<u>3.472.689</u>	<u>2.645.543</u>	<u>3.496.418</u>	<u>2.668.887</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “São Martinho”) têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina até dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. (“LJM”), com participação de 53,74% no capital votante.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de junho de 2021.

RenovaBio - Cbios

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía 408.599 Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra, foram comercializados 832 mil Cbios, classificados na receita líquida. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Os possíveis impactos da COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas demonstrações financeiras. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de *impairment* dos ágios para o exercício de 31 de março de 2021, fatores que poderiam impactar os resultados dos exercícios futuros da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data em que o Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras atuais, a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício de 31 de março de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPC, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”;
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros; e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos”

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a São Martinho e suas controladas.

2.3 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Os contratos da São Martinho e suas controladas vinculados a LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos

originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da São Martinho e suas controladas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergia São Martinho ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.

- (i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPE's (Sociedades de Propósitos Específicos).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

2.6 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo

um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o

resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.8 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação,

independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 18 (d), a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

g) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento Anual	2021	2020	Rendimento Anual	2021	2020
Caixa e bancos - no Brasil		1.133	180		1.831	248
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	0,30% a.a.	286.519	91.818	0,30% a.a.	286.519	91.818
Total de caixa e equivalentes de caixa		287.652	91.998		288.350	92.066
Aplicações financeiras						
. Fundo de investimento	86,02% CDI	864.527	1.693.054	86,17% CDI	973.933	1.748.918
. Fundos - LFT	100% SELIC	-	19.301	100% SELIC	-	19.301
. CDB	100,78% CDI	87.615	82.586	100,78% CDI	88.221	82.586
. Outros (i)	98,26% CDI	10.166	15.710	98,70% CDI	13.644	19.193
Total de aplicações financeiras		962.308	1.810.651		1.075.798	1.869.998
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		1.249.960	1.902.649		1.364.148	1.962.064
No ativo não circulante		10.166	35.011		13.644	38.494
Total de recursos disponíveis		1.239.794	1.867.638		1.350.504	1.923.570

(i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cientes mercado interno	75.236	120.101	145.351	188.100
Cientes mercado externo	95.318	5.430	95.318	5.430
Perda esperada em créditos de liquidação		-	(821)	(509)
	170.554	125.531	239.848	193.021
Ativo circulante	170.554	125.531	215.659	165.829
Ativo não circulante	-	-	24.189	27.192

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer:	170.419	124.557	239.487	191.911
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	10	69	51	112
acima de 31 dias	125	905	310	998
	170.554	125.531	239.848	193.021

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do saldo a receber, R\$ 4.214 e R\$ 665 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 1.612 e R\$ 626, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2020, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	175.325	139.599	175.325	139.599
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	73.937	61.238	73.937	61.238
Adiantamentos - compras de insumos	79.323	71.254	79.323	71.254
Renovabio - CBIOs (i)	8.256	-	8.256	-
Loteamentos - terras	-	-	5.056	8.287
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	104.416	85.799	104.416	85.799
	441.257	357.890	446.313	366.177
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	106.838	49.916	106.838	49.916
	106.838	49.916	106.838	49.916
	548.095	407.806	553.151	416.093

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) referem-se aos empreendimentos imobiliários e são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*).

(ii) Em 31 de março de 2021, existiam 408.599 CBIOs escriturados e registrado a valor justo.

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Controladora e Consolidado	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)	241.479	239.774
Produtividade prevista (ton/ha)	88,11	91,35
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	134,81	133,30
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,8550	0,6038

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 6,10% a.a. (7,22% a.a. em 31 de março de 2020).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo histórico	829.616	742.524	829.616	742.524
Valor justo	(116.069)	(85.467)	(116.069)	(85.467)
Saldo inicial de ativos biológicos:	713.547	657.057	713.547	657.057
Movimentação:				
Aumentos decorrentes de tratos	559.969	513.543	559.969	513.543
Transferência do imobilizado	359.821	188.814	359.821	188.814
Variação no valor justo	64.979	(30.602)	64.979	(30.602)
Reduções decorrentes da colheita	(708.776)	(615.265)	(708.776)	(615.265)
Saldo final de ativos biológicos:	989.540	713.547	989.540	713.547
Composto por:				
Custo histórico	1.040.629	829.616	1.040.629	829.616
Valor justo	(51.089)	(116.069)	(51.089)	(116.069)
Saldo final de ativos biológicos:	989.540	713.547	989.540	713.547

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar. e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 87.663. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 80.065.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
PIS / COFINS	6.236	4.031	6.278	4.031
ICMS	4.975	7.407	5.015	7.407
Outros	769	865	769	865
	11.980	12.303	12.062	12.303
Não Circulante				
PIS / COFINS	59.778	44.832	59.778	44.864
Reintegra	1.851	4.870	1.851	4.870
IOF sobre derivativos	8.762	8.653	8.762	8.653
ICMS	18.255	15.117	19.184	16.080
INSS	6.669	6.579	6.666	6.579
	95.315	80.051	96.241	81.046
	107.295	92.354	108.303	93.349

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	61.316	62.242
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	7.025	7.025
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	5.995	5.995
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	5.052	5.052
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	2.463	2.463
A partir de 1º/04/2027	13.464	13.464
	95.315	96.241

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	468	447	578	528
Bioenergética São Martinho S.A.	2.800	1.014	-	-
Bioenergética Boa Vista S.A.	792	-	-	-
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	36	22	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	15	9	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	8	14	-	-
Outros	95	106	87	98
	4.214	1.612	665	626
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Bioenergia São Martinho Ltda.	30.000	250	-	-
São Martinho Inova S.A.	-	5	-	-
	30.000	255	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	415	346	415	346
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	7.786	5.423	-	-
Bioenergética Boa Vista S.A.	2.298	-	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	310	258	-	-
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	259	168	-	-
Luiz Ometto Participações S.A.	43	-	43	-
Outros	11	9	11	9
	11.122	6.204	469	355
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	313.822	291.281	313.822	291.281
Passivo circulante e passivo não circulante (Aquisição de participação societária)				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	15.288	26.934	15.288	26.934

(i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados e venda de vapor para BIO SC e BIO SM.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de vendas				
Bioenergética Santa Cruz S.A.	8.400	6.134	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	5.982	7.969	-	-
Bioenergética Boa Vista S.A.	792	-	-	-
	15.174	14.103	-	-
Despesas reembolsadas/Receita de arrendamento (Compras de produtos e serviços)				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(24.681)	(17.205)	(23.680)	(16.366)
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	(77.172)	(60.061)	-	-
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	(2.444)	(2.104)	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	(1.239)	(2.332)	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	50	176	-	-
	(105.486)	(81.526)	(23.680)	(16.366)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(38.980)	(32.955)	(38.980)	(33.128)
Outros	(20.582)	(16.653)	(20.582)	(16.653)
	(59.562)	(49.608)	(59.562)	(49.781)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor. Compras de produtos e serviços são provenientes de compra de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e royalties. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas referem-se a gastos rateados de serviços administrativos. Os rateios estão suportados entre contratos celebrados entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração fixa, variável e benefícios	34.737	27.543	36.733	29.461
Contribuições previdenciárias e sociais	7.708	5.535	8.064	5.878
Total da remuneração e encargos	42.445	33.078	44.797	35.339

A São Martinho possui um programa de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia. Referido programa rege pela liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada programa.

Em 14 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 754.980 novas opções, através do 12º Plano de Opções de Compra de Ações, cujo regulamento segue as características dos demais já existentes na Companhia.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções Virtuais é de R\$ 18.259 (R\$ 82 em 31 de março de 2020).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano	Total
Data de concessão do plano	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	
Data limite para exercício (i)	2023	2024	2025	2026	2027	
Quantidade opções virtuais outorgadas	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	754.980	4.570.552
Quantidade opções virtuais exercidas	(712.063)	(561.168)	(322.815)	-	-	(1.596.046)
Saldo opções virtuais a exercer	15.210	320.906	810.698	1.072.712	754.980	2.974.506
Preço do exercício (R\$)	17,70	17,76	19,07	19,38	24,22	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência que, regra geral, observam a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO se referem às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
		Controladora					
Classificados no Investimento							
SM Terras Imobiliárias	100,00%	165.439	159.086	165.439	159.086	18.853	19.607
Bio SM	100,00%	26.539	37.381	26.539	37.381	8.457	31.995
SM Inova	100,00%	33.205	26.870	33.205	26.870	5.766	1.201
SM Terras Agrícolas	100,00%	1.150.050	1.144.494	1.150.050	1.144.494	81.713	55.815
SM Logística	100,00%	2.572	2.703	2.572	2.703	(132)	(125)
Bio SC	100,00%	71.368	61.941	94.436	91.688	45.256	45.489
Bioenergética BV	100,00%	14.250	1	14.250	1	636	-
Bioenergia SM	100,00%	234	-	234	-	(7)	-
Outros		-	-	-	-	-	(533)
Total classificados no Investimento		1.463.657	1.432.476	1.486.725	1.462.223	160.542	153.449

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		equivalência patrimonial	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
		Consolidado					
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	714.746	601.912	38.699	32.590	5.795	1.206
Outros		-	-	1.252	1.278	(19)	(581)
Total classificados no Investimento		714.746	601.912	39.951	33.868	5.776	625

(i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia possui influência significativa sobre a investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

10.1 Integralização e aumento de capital na Bio BV

O Conselho de Administração aprovou em 08 de fevereiro de 2021, a integralização de capital com bens na controlada Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV"). O capital social foi subscrito em R\$ 13.614, passando de R\$ 1 (mil reais) para R\$ 13.615 mediante emissão de 13.614 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.

	Bio BV
Ativo não circulante	
Imobilizado	13.977
Passivo não circulante	
Tributos diferidos	(363)
Acervo líquido integralizado	13.614

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2019	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	1.190.628	120.764	53.460	3.979.304
Custo total	209.296	490.357	1.775.974	306.422	363.639	565.861	1.190.628	120.764	170.003	5.192.944
Depreciação acumulada	-	(88.525)	(596.114)	-	(134.073)	(278.385)	-	-	(116.543)	(1.213.640)
Valor residual	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	1.190.628	120.764	53.460	3.979.304
Aquisição	5.871	286	7.393	302.757	15.950	59.151	339.388	125.690	6.252	862.738
Integralização de capital em controlada (i)	(119.064)	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.064)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(188.814)	-	-	(188.814)
Custo da alienação	-	-	(35)	-	(2.497)	(3.835)	(47)	-	(372)	(6.786)
Transferências entre grupos	-	5.607	58.566	-	1.918	(6.848)	9.771	(71.515)	2.501	-
Depreciação	-	(12.438)	(79.024)	(307.868)	(21.186)	(37.689)	-	-	(10.689)	(468.894)
Saldos em 31 de março de 2020	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Custo total	96.103	496.251	1.841.782	301.311	377.559	617.139	1.350.926	174.939	178.131	5.434.141
Depreciação acumulada	-	(100.964)	(675.022)	-	(153.808)	(318.884)	-	-	(126.979)	(1.375.657)
Valor residual	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Aquisição	-	361	13.392	354.100	20.698	63.089	358.822	142.304	3.341	956.107
Integralização de capital em controlada (i)	-	-	(13.977)	-	-	-	-	-	-	(13.977)
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	-	(359.821)	-	-	(359.821)
Custo da alienação	(4)	(512)	(81)	-	(1.905)	(1.888)	(16)	-	(1)	(4.407)
Transferências entre grupos	-	33.935	94.148	-	11.331	(12.099)	25.961	(156.877)	3.601	-
Depreciação	-	(12.938)	(88.191)	(301.311)	(26.872)	(23.140)	-	-	(11.138)	(463.590)
Saldos em 31 de março de 2021	96.099	416.133	1.172.051	354.100	227.003	324.217	1.375.872	160.366	46.955	4.172.796
Custo total	96.099	529.604	1.930.596	354.100	405.478	681.399	1.375.872	160.366	185.050	5.718.564
Depreciação acumulada	-	(113.471)	(758.545)	-	(178.475)	(357.182)	-	-	(138.095)	(1.545.768)
Valor residual	96.099	416.133	1.172.051	354.100	227.003	324.217	1.375.872	160.366	46.955	4.172.796
Valores Residuais :										
Custo histórico	24.812	351.584	978.446	354.100	207.703	291.358	1.375.872	160.366	46.955	3.791.196
Mais-valia	71.287	64.549	193.605	-	19.300	32.859	-	-	-	381.600

Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico

- 3% 5% 100% 7% 9% 14% - 14%

(i) Integralização de capital social com bens do ativo imobilizado na controlada Bioenergética Boa Vista S.A., conforme descrito na Nota 10.1.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2019	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	1.190.627	120.762	53.466	5.644.660
Custo total	1.812.339	496.594	1.857.960	307.158	363.637	565.861	1.190.627	120.762	170.003	6.884.941
Depreciação acumulada	-	(91.051)	(620.080)	(156)	(134.073)	(278.384)	-	-	(116.537)	(1.240.281)
Valor residual	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	1.190.627	120.762	53.466	5.644.660
Aquisição	11.782	286	7.393	303.851	15.950	59.151	339.388	125.690	6.252	869.743
Custo da alienação	(334)	-	(35)	-	(2.497)	(3.835)	(47)	-	(373)	(7.121)
Transferência Estoque para Vendas	(1.782)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.782)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(188.814)	-	-	(188.814)
Transferências entre grupos	-	5.607	58.566	-	1.918	(6.848)	9.771	(71.515)	2.501	-
Depreciação	-	(12.619)	(81.542)	(308.456)	(21.186)	(37.689)	-	-	(10.689)	(472.181)
Saldos em 31 de março de 2020	1.822.005	398.817	1.222.262	302.397	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Custo total	1.822.005	502.487	1.923.767	303.017	377.558	617.139	1.350.925	174.937	178.135	7.249.970
Depreciação acumulada	-	(103.670)	(701.505)	(620)	(153.809)	(318.883)	-	-	(126.978)	(1.405.465)
Valor residual	1.822.005	398.817	1.222.262	302.397	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Aquisição	2.575	361	13.392	354.829	20.698	63.089	358.822	142.304	3.340	959.410
Custo da alienação	(11.545)	(513)	(81)	-	(1.904)	(1.887)	(16)	-	(1)	(15.947)
Transferência Estoque para Vendas	1.942	-	-	-	-	-	-	-	-	1.942
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(359.821)	-	-	(359.821)
Transferências entre grupos	-	33.935	94.148	-	11.331	(12.099)	25.961	(156.877)	3.601	-
Depreciação	-	(13.118)	(90.781)	(302.395)	(26.872)	(23.140)	-	-	(11.139)	(467.445)
Saldos em 31 de março de 2021	1.814.977	419.482	1.238.940	354.831	227.002	324.219	1.375.871	160.364	46.958	5.962.644
Custo total	1.814.977	535.840	2.030.958	355.950	405.479	681.400	1.375.871	160.364	185.062	7.545.901
Depreciação acumulada	-	(116.358)	(792.018)	(1.119)	(178.477)	(357.181)	-	-	(138.104)	(1.583.257)
Valor residual	1.814.977	419.482	1.238.940	354.831	227.002	324.219	1.375.871	160.364	46.958	5.962.644
Valores Residuais :										
Custo histórico	161.562	354.011	1.030.556	354.831	207.702	291.360	1.375.871	160.364	46.958	3.983.215
Mais-valia	1.653.415	65.471	208.384	-	19.300	32.859	-	-	-	1.979.429
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante alocado em “Obras em Andamento” refere-se principalmente a projetos de implantação de tecnologia de transmissão de dados (4G), construção de usina de etanol de milho e prevenção de combate a incêndio.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da São Martinho, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 853.228 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 31.168 se referem a imóveis rurais (1.243 hectares de terras).

A São Martinho capitalizou encargos financeiros durante o período no montante de R\$ 1.402 (R\$ 2.145 em 31 de março de 2020).

12. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ágio rentabilidade futura (i)	374.632	374.632	374.633	374.633
Software	40.437	37.492	40.437	37.492
Amortização acumulada	(30.999)	(28.821)	(30.999)	(28.821)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	42.443	42.443	42.443	42.443
Amortização direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	(20.285)	(17.026)	(20.285)	(17.026)
Direitos sobre contratos de energia-custo (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(72.280)	(62.315)
Outros ativos	2.865	4.355	14.392	15.882
	409.093	413.075	451.742	465.689

(i) Ágio relativo a combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;

(ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar;

(iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio SC, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2021, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2021):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento médio da Receita Operacional Líquida	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
Unidade produtiva São Martinho e Iracema	0,8%	3,9%	6,5%
Unidade produtiva Santa Cruz	1,3%	3,9%	6,5%

Os efeitos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos significantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

a) Arrendamentos

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Adicionalmente, em atenção a Deliberação CVM nº 859, a Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

A seguir, algumas definições:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Arrendamento. Definição IFRS 16 (CPC 06 R2)

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

c) Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

d) Arrendadora

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora.

A movimentação do direito de uso durante o período atual foi a seguinte:

Direito de uso	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria Agrícola	Arrendamento Agrícola	Total
Adoção em 1º de abril de 2019	18.368	1.194.692	374.501	1.587.561
Ajustes	349	291.439	59.684	351.472
Amortização	(16.034)	(170.838)	(32.708)	(219.580)
31 de março de 2020	2.683	1.315.293	401.477	1.719.453
Saldos em 31 de março de 2020	2.683	1.315.293	401.477	1.719.453
Novos contratos	28.385	190.440	24.581	243.406
Atualização contratual	3.614	(18.482)	(9.017)	(23.885)
Baixas	-	168.950	68.313	237.263
Depreciação	(3.636)	(30.875)	(11.746)	(46.257)
Remensuração anual	(14.548)	(209.497)	(36.539)	(260.584)
Saldos em 31 de março de 2021	16.498	1.415.829	437.069	1.869.396
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o período atual foi a seguinte:

Arrendamentos e Parcerias agrícolas a pagar	Controladora e Consolidado			
	Saldo do compromisso de arrendamentos	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Total
Adoção em 1º de abril de 2019	2.439.375	(94.649)	(851.814)	1.492.912
Compensação de adiantamentos	-	(14.173)	-	(14.173)
Adições por novos contratos	179.233	-	(50.218)	129.015
Remensuração anual	321.529	-	(99.072)	222.457
Pagamentos efetuados	(276.168)	-	-	(276.168)
Apropriação encargos financeiros	-	-	121.870	121.870
31 de março de 2020	2.663.969	(108.822)	(879.234)	1.675.913
Saldos em 31 de março de 2020	2.663.969	(108.822)	(879.234)	1.675.913
Compensação de adiantamentos	-	(4.812)	-	(4.812)
Novos contratos	334.575	-	(91.169)	243.406
Atualização contratual	(33.436)	-	9.551	(23.885)
Baixas	(69.661)	-	15.400	(54.261)
Pagamentos efetuados	(295.975)	-	-	(295.975)
Apropriação encargos financeiros	-	-	134.985	134.985
Remensuração anual	355.555	-	(118.292)	237.263
Saldos em 31 de março de 2021	2.955.027	(113.634)	(928.759)	1.912.634
Passivo Circulante				351.572
Arrendamentos a pagar				66.264
Parceria Agrícola a pagar				285.308
Passivo não Circulante				1.561.062
Arrendamentos a pagar				399.157
Parceria Agrícola a pagar				1.161.905
				1.912.634

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/03/2022 a 31/03/2023	349.866
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	317.997
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	291.998
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	269.370
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	237.533
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	187.034
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	144.148
A partir de 1º/04/2029	564.405
(-) Ajuste a valor presente	(801.289)
	1.561.062

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Arrendamento Agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	751.113	293.987
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(50.198)	(19.280)
31 de Março de 2021	<u>700.915</u>	<u>274.707</u>

A São Martinho chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Controladora e consolidado	
Vigência dos Contratos	Taxa Incremental
2 anos	7,85%
3 anos	8,42%
4 anos	8,63%
5 anos	8,66%
6 anos	8,49%
7 anos	8,64%
8 anos	8,53%
9 anos	8,69%
10 anos	9,06%
11 anos	9,22%
12 a 30 anos	9,14%

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período de doze meses findo em 31 de março de 2021 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	De 1º/04/2021 a 31/03/2022	De 1º/04/2022 a 31/03/2023	De 1º/04/2023 a 31/03/2024	De 1º/04/2024 a 31/03/2025	De 1º/04/2025 a 31/03/2026	De 1º/04/2026 a 31/03/2031	De 1º/04/2031 a 31/03/2036	De 1º/04/2036 a 31/03/2041
Ativo Direito de Uso								
IFRS 16	1.572.906	1.320.396	1.091.891	885.765	698.266	193.607	21.874	-
Ofício CVM	2.059.857	1.738.101	1.446.880	1.182.374	940.546	270.795	31.906	-
	30,96%	31,63%	32,51%	33,49%	34,70%	39,87%	45,86%	n/a
Passivo Arrendamento e Parceria agrícola								
IFRS 16	1.557.079	1.306.635	1.079.971	874.829	688.311	230.544	32.803	-
Ofício CVM	1.976.833	1.673.180	1.395.436	1.141.731	909.170	322.609	49.252	-
	26,96%	28,05%	29,21%	30,51%	32,09%	39,93%	50,14%	n/a
Despesa com Depreciação								
IFRS 16	(279.992)	(252.511)	(228.504)	(206.126)	(187.499)	(504.659)	(171.733)	(21.874)
Ofício CVM	(360.275)	(321.756)	(291.221)	(264.505)	(241.828)	(669.751)	(238.889)	(31.906)
	28,67%	27,42%	27,45%	28,32%	28,98%	32,71%	39,10%	45,86%
Despesa Financeira								
IFRS 16	(97.568)	(96.171)	(93.724)	(90.454)	(86.742)	(339.031)	(113.116)	(11.542)
Ofício CVM	(128.164)	(126.740)	(124.175)	(120.633)	(116.505)	(481.174)	(173.620)	(20.407)
	31,36%	31,79%	32,49%	33,36%	34,31%	41,93%	53,49%	76,81%

	IFRS 16 (CPC 06)	Ofício CVM
Despesa com Depreciação	(1.852.898)	(2.420.131)
Despesa Financeira	(928.348)	(1.291.418)
	(2.781.246)	(3.711.549)

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora e consolidado	
	Taxa	Indexador	2021	2020
Em moeda nacional				
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	0%	CDI	-	131.780
Linhas do BNDES	2,20%	+TJLP	145.682	162.873
Linhas do BNDES	3,28%	-	117.845	160.039
Crédito rural	0%	-	-	278.497
FINEP	4,00%	-	64.169	84.433
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,06%	CDI	1.442.018	1.474.171
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a) (ii)	4,88%	+IPCA	475.325	448.743
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	36	8.389
Leasing	5,98%	PRÉ	180	-
Total em moeda nacional	102,07%	CDI	2.245.255	2.748.925
Em moeda estrangeira				
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	0%	Var. cambial	-	1.050.150
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,55%	Libor 6M	1.307.281	394.865
International Finance Corporation (IFC)	1,80%	Libor 6M	344.468	474.334
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (iii)	2,27%	Var. cambial	142.513	130.057
FINEM	2,73%	Cesta Moedas	11.446	16.111
Total em moeda estrangeira	3,22%		1.805.708	2.065.517
TOTAL (i)			4.050.963	4.814.442
Circulante			674.504	591.024
Não Circulante			3.376.459	4.223.418

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.

(ii) 51% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 121,87% DI via contrato de SWAP.

(iii) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+1,40% a.a. via contrato de SWAP.

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no período:

Movimentação da dívida	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo anterior	4.814.442	4.452.600
Captação de financiamentos	212.479	546.107
Amortização de principal	(1.107.098)	(739.887)
Amortização de juros	(212.512)	(178.303)
Atualização monetária	165.155	245.971
Varição cambial	178.497	487.954
	4.050.963	4.814.442

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	Vencimento
De 1º 01/04/2022 a 31/3/2023	531.395
De 1º 01/04/2023 a 30/3/2024	803.943
De 1º 01/03/2024 a 31/3/2025	706.066
De 1º 01/04/2025 a 31/3/2026	839.063
De 1º 01/04/2026 a 31/3/2027	437.509
De 1º 01/04/2027 a 30/3/2028	21.349
De 1º 01/03/2028 a 31/3/2029	19.663
A partir de 1º/04/2029	17.471
	3.376.459

Nas demonstrações financeiras atuais R\$ 853.228 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 96% equipamentos, edificações e edifícios, aproximadamente 4% terras e menos de 1% recebíveis de comercialização de energia elétrica e aval corporativo.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia é próximo do valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empréstimos de 5,3% (4,7% em 31 de março de 2020) e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas no montante de R\$ 1.666.905, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras atuais.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cana-de-açúcar	64.026	74.749	55.980	69.158
Materiais, serviços e outros	165.618	102.099	165.727	105.366
	229.644	176.848	221.707	174.524

Do total a pagar para fornecedores, R\$ 11.122 na Controladora e R\$ 469 no Consolidado (em 31 de março de 2020 - R\$ 6.204 na Controladora e R\$ 355 no Consolidado) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2021	2020
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	40.896	53.456
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	71.569	71.077
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	9.075	10.892
Outros	2.300	2.300
Total	176.196	190.081
Passivo circulante	9.075	10.892
Não circulante	167.121	179.189

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de aproximadamente R\$ 260 milhões. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Nele foi expedido em junho de 2017 o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia).

Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia).

Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão). Posteriormente, em setembro de 2020 foi levantada a 3ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,08 bilhão) e a 2ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,975 bilhão).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2021 o saldo a receber da Copersucar a esse título é de R\$ 103.710, registrados em Outros ativos de longo prazo.

A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa". Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante total de R\$ 54.132.

Após o repasse e as retenções das despesas processuais e dos tributos em discussão, o saldo de R\$ 383.040 foi registrado em "outras receitas, liquidas" nas demonstrações financeiras atuais. O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não praticamente certo, razão pela qual segue não registrado.

17. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber

O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Controladora e Consolidado	Aquisição	Alienação	Saldo líquido
	Usina Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2020	(125.043)	98.109	(26.934)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(2.625)	2.079	(546)
Amortização de juros	2.719	(2.147)	572
Saldo em 31 de março de 2021	(93.739)	78.451	(15.288)
		Passivo circulante	(11.638)
		Passivo não circulante	(3.650)
			(15.288)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. O Cronograma de vencimento está detalhado na tabela abaixo:

Vencimentos	(Aquisição) / Alienação
De 1º/04/2021 a 30/03/2022	(11.620)
De 1º/04/2022 a 30/03/2023	(11.620)
De 1º/04/2023 a 30/03/2024	(11.620)
De 1º/04/2024 a 30/03/2025	19.590
	(15.270)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Na demonstração financeira atual, o capital social é de R\$ 2.071.819 (R\$ 1.696.652 em 31 de março de 2020) e está dividido em 354.011.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2020, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 375.167, mediante a capitalização da Reserva de Capital de R\$ 9.418 e da Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 365.749.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

	2020	Aquisição de ações	2021
Quantidade	7.267.063	369.200	7.636.263
Preço médio (reais)	18,08	23,39	18,33
Montante total	131.361	8.636	139.997

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

Em 31 de março de 2021, o montante de R\$ 487.851 se refere a projetos finalizados, cuja capitalização será proposta pelo Conselho de Administração na próxima Assembleia Geral da Companhia.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual com vigência até 2033, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor do incentivo que impactou o resultado nas demonstrações financeiras atuais foi de R\$ 81.933, na Controladora e Consolidado (R\$ 121.902 em 31 de março de 2020).

e) Dividendos e juros sob capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 12.936, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2020.

Em reunião do Conselho de administração realizada em 09 de novembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sob capital próprio no montante bruto de R\$ 120.000.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e também na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra dos dividendos baseados na política de remuneração:

Calculo Lucro Caixa	2021
LAIR	1.208.802
IR/CS Contábil	(281.678)
Lucro Líquido do Exercício	927.124
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	37.940
IR/CS Contábil	281.678
IR/CS Pago	(30.354)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(154.905)
Ajuste do Ativo Biológico	(64.979)
Lucro Caixa	996.504
Política de Dividendos (41,5% do lucro caixa)	413.829
Reserva de Lucros a Realizar	6.171
Total de Resultados a distribuir	420.000

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. A reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de junho de 2021, aprovou a proposta de distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 197.459 (R\$ 0,5701 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	927.124	639.010
Constituição de reserva legal - 5%	(46.356)	(31.950)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(81.933)	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	798.835	607.060
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	199.709	151.765
Juros sobre o capital próprio	120.000	120.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(16.660)	(16.592)
Dividendos mínimos obrigatórios	96.369	48.357
Realização de reserva de lucros a realizar	6.171	6.332
Dividendos adicionais	197.459	12.936
Total	403.339	171.033
Dividendo por ação	1,1645	0,4933
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	346.375	346.744

19. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no período atual foi de R\$ 65.318 na Controladora e R\$ 65.386 no Consolidado (em 31 de março de 2021, R\$ 70.497 na Controladora e R\$ 70.583 no Consolidado).

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

Durante o ano safra 20.21 a São Martinho (Controladora) efetuou antecipações de IRPJ/CSLL no montante de R\$ 22.997. Ao final do ano fiscal o débito apurado foi de R\$ 2.285, a diferença entre o montante antecipado e o débito apurado, retornou a Companhia em forma de créditos tributários.

As empresas controladas pela São Martinho realizaram pagamentos de IRPJ/CSLL durante o ano safra 20.21 no montante de R\$ 7.357.

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
· Imposto de renda e contribuição social - antecipações	-	6.418	-	6.418
· Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	42.248	64.839	42.250	64.839
	42.248	71.257	42.250	71.257
No passivo circulante - Débitos correntes				
· Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	7.480	4.985

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	2020	Reconhecido no resultado	Baixa Reavaliação s/ Reflexo parte-a	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2021
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	38.137	25.156	-	-	63.293
Instrumentos financeiros derivativos	305.040	(9.912)	-	22.492	317.620
Provisão para contingências	58.364	16.558	-	-	74.922
Variação cambial ativa	25.344	(2.599)	-	-	22.745
Outros ativos	62.850	(4.463)	-	-	58.387
Total do IR e CS ativo	489.735	24.740	-	22.492	536.967
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(142.805)	12.508	-	-	(130.297)
Depreciação acelerada incentivada	(346.415)	(77.602)	-	-	(424.017)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(180.409)	(17.550)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	-	(67.182)	-	-	(67.182)
Outros passivos	(34.326)	10.349	365	-	(23.612)
Total do IR e CS passivo	(703.955)	(139.477)	365	-	(843.067)
Saldo do IR e CS Diferidos	(214.220)	(114.737)	365	22.492	(306.100)

Consolidado	2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2021
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	38.136	25.156	-	-	63.292
Instrumentos financeiros derivativos	305.041	(9.912)	22.492	-	317.621
Provisão para contingências	52.679	16.558	-	-	69.237
Provisão para outras obrigações	6.174	7.707	-	-	13.881
Variação cambial ativa	25.344	(2.599)	-	-	22.745
Outros ativos	62.207	(12.169)	-	-	50.038
Total do IR e CS ativo	489.581	24.741	22.492	-	536.814
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(653.728)	12.716	-	-	(641.012)
Depreciação acelerada incentivada	(346.415)	(77.602)	-	-	(424.017)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(180.409)	(17.550)	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(15.323)	-	-	3.439	(11.884)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	-	(67.182)	-	-	(67.182)
Outros passivos	(34.325)	10.350	-	-	(23.975)
Total do IR e CS passivo	(1.235.268)	(139.268)	-	3.439	(1.371.097)
Saldo do IR e CS Diferidos	(745.687)	(114.527)	22.492	3.439	(834.283)
Outros tributos Diferidos	(539)	-	-	-	(539)
	(746.226)	(114.527)	22.492	3.439	(834.822)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Controladora	Expectativa de realização
Na safra 21/22	139.975
Na safra 22/23	104.960
Na safra 23/24	96.349
Na safra 24/25	65.412
Na safra 25/26	80.962
A partir da safra 26/27	49.309
	<u>536.967</u>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos impostos	1.199.044	725.451	1.208.802	733.674
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(407.675)	(246.653)	(410.993)	(249.449)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	54.584	52.173	1.964	213
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	8.171	(1.731)	8.171	(1.731)
. Juros sob capital próprio	40.800	40.800	40.800	40.800
. Subvenção estadual	27.857	41.446	27.857	41.446
. Incentivos Fiscais	201	324	201	324
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	46.188	46.534
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	4.118	27.190	4.118	27.190
. Outros	24	10	16	9
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(271.920)	(86.441)	(281.678)	(94.664)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	22,7%	11,9%	23,3%	12,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(157.183)	(116.257)	(167.151)	(124.725)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114.737)	29.816	(114.527)	30.061

21. Compromissos

A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão em processo de regeneração ou enriquecimento, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável se materializa em seu respeito integral ao Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia inscreveu todos seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e aguarda regulamentação legal para sua implantação.

Os investimentos em áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e demais atividades para regularização ambiental são registrados no ativo imobilizado.

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais, a São Martinho tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme quadro abaixo:

	Até um ano	de dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	1.016.578	222.977	720.000
Açúcar (tons)	1.488.664	1.810.253	1.300.000
Energia (Mwh)	572.240	1.275.352	7.168.180

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras.

22.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2020	14.958	27.583	57.252	99.793	270.872
Adições	123	1.378	21.606	23.107	205.770
Reversões	(515)	(2.914)	(5.894)	(9.323)	-
Utilizações	(240)	(1.547)	(13.689)	(15.476)	(7.778)
Atualizações	188	(2.048)	5.459	3.599	15.915
Saldo em 31 de março de 2021	14.514	22.452	64.734	101.700	484.779
	Consolidado				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2020	14.958	28.073	57.252	100.283	271.060
Adições	135	1.380	21.606	23.121	205.780
Reversões	(515)	(2.914)	(5.894)	(9.323)	-
Utilizações	(252)	(1.548)	(13.689)	(15.489)	(7.787)
Atualizações	188	(1.983)	5.459	3.664	15.976
Saldo em 31 de março de 2021	14.514	23.008	64.734	102.256	485.029

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Adicionalmente, sobre as adições do exercício, vide Nota 16 (b).

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (i) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (ii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa.

22.2 Perdas possíveis

A São Martinho é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Natureza	Controladora				Consolidado				
	2021		2020		2021		2020		
	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	
Ambientais	86	5.863	91	6.120	86	5.863	91	6.120	
Cíveis									
Indenizatórias	45	23.376	51	28.353	45	23.376	53	28.787	
Revisão de contratos	11	1.480	11	2.472	11	1.480	12	2.493	
Outros processos	17	15.550	13	15.187	20	15.585	16	15.260	
Trabalhistas	47	3.914	36	3.246	48	3.914	36	3.246	
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	16	167.132	16	227.621	16	167.132	16	227.621
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	264.754	5	292.703	5	264.754	5	292.703
Compensação de Tributos Federais	(iii)	101	173.629	76	110.047	106	177.854	77	114.032
ICMS	(iv)	14	56.317	13	36.399	14	56.317	13	36.399
Tributos Federais	(v)	1	444.083	1	242.188	1	444.083	1	242.188
Outros processos	(vi)	23	509.520	21	473.442	28	522.999	26	486.861
TOTAL		366	1.665.618	334	1.437.778	380	1.683.357	346	1.455.710

Processos tributários:

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento.
- (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP.
- (v) O processo trata da incidência dos tributos IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 16.
- (vi) Os processos tratam de outras discussões tributárias como: (a) Ação Civil Pública discutindo a legalidade dos decretos do Estado de Goiás que concederam crédito outorgado de ICMS no âmbito do Programa PRODUZIR; (b) autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação; (c) contribuição para o SENAI; (d) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM; (e) incidência de ITBI em operação societária de incorporação e (f) execuções fiscais de IPTU.

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

22.3 Ativo – ICMS na base do PIS/Cofins

A Companhia possui 3 ações sobre ICMS na base do PIS e da Cofins, das quais 2 com trânsito em julgado.

Em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu créditos de R\$ 1,4 milhão dos processos com trânsito em julgado, considerando para fins de cálculo o ICMS pago nos meses de competência pois, na data-base, esse era o entendimento da receita sobre como deveria ser apurado tais créditos e haviam embargos de declaração a serem julgados.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração no processo em que foi definido que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS e da Cofins. No julgamento, a Corte reafirmou que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não aquele pago. Os efeitos dessa decisão foram

modulados para repercutir somente a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento de mérito da ação, com exceção das medidas judiciais e administrativas protocoladas até aquela data.

A Companhia contratou especialistas tributários que apoiaram na mensuração dos créditos contabilizados até 31 de março de 2021, os quais estão apoiando a Companhia na avaliação dos impactos da decisão do STF e apuração dos créditos adicionais passíveis de recuperação e sua respectiva contabilização, que ocorrerá quando houver mensuração confiável dos valores.

A Companhia contratou especialistas tributários para avaliação dos critérios e apuração dos demais créditos passíveis de recuperação e sua respectiva contabilização, que ocorrerá quando houver mensuração confiável dos valores.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

23.1 Riscos de Mercado

a) Risco Cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e *swaps*. A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Consolidado	2021	Milhares de US\$ equivalentes	2020	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	286.519	50.296	91.818	17.664
Contas a receber de clientes	95.318	16.732	5.430	1.045
Instrumentos financeiros derivativos	188.543	33.097	253.612	48.789
Total dos ativos	570.380	100.125	350.860	67.498
Passivo circulante e não circulante:				
Empréstimos e financiamentos	1.805.708	316.941	2.065.517	397.314
Instrumentos financeiros derivativos	298.912	52.466	485.495	93.388
Total dos passivos	2.104.620	369.407	2.551.012	490.702
Sub-total ativo (passivo)	(1.534.240)	(269.282)	(2.200.152)	(423.204)
(-) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.805.708	316.941	1.575.072	302.974
Exposição líquida ativa	271.468	47.659	(625.080)	(120.230)

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas atuais demonstrações financeiras à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,6967 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 5,6973 por US\$ 1,00 para os passivos.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (*Libor*).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(14.330)	(71.651)	(143.301)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(4.766)	(23.832)	(47.664)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(127)	(637)	(1.275)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(239)	(1.195)	(2.389)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta na preço futuro de commodities	(60)	(300)	(600)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(941)	(2.357)	(4.732)
Exposição líquida		(20.463)	(99.972)	(199.961)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI.

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2020/2021 a 2025/2026, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2020, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado	2021			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				55.372
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	75.543	15,51	147.166	7.014
. Compromisso de compra	229.728	13,06	376.843	50.035
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	8.130	2.248,08	18.277	36
. Compromisso de compra	16.560	2.345,00	38.833	-
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	74.925	5,73	429.320	5.589
. Compromisso de compra	669	5,36	3.586	200
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	25.604	13,85	44.541	4.348
. Posição titular de opções de venda (Puts)	151.747	13,16	250.830	6.385
Contratos de Swap - Juros - Balcão				10.925
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				139.904
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de compra	14.021	12,95	22.806	1.520
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	8.789	14,66	16.184	364
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	16.757	6,13	102.720	1.363
. Compromisso de compra	625	5,73	3.581	125
Contratos de Swap - Juros - Balcão				45.267
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				48.639

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2021			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	266.662	12,10	405.275	90.427
. Compromisso de compra	89.666	15,51	174.680	8.158
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	3.300	2.231,82	7.365	1
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	19.102	13,05	31.311	4.117
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	254.249	5,48	1.393.285	63.054
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	172.068	14,60	315.541	26.648
. Posição lançadora de opções de venda (Puts)	5.283	12,00	7.963	60
Contratos de Swap - Juros - Balcão				26.220
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				218.685
No passivo não circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	21.439	12,93	34.818	2.375
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	76.854	5,82	446.914	16.425
. Compromisso de compra	900	6,05	5.447	30
Contratos de Swap - Juros - Balcão				61.397
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				80.227
Controladora e Consolidado	2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				43.596
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	483.334	13,02	721.252	124.016
. Compromisso de compra	3.607	11,08	4.581	32
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	1.200	1.645,00	1.974	-
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	15.546	13,11	23.359	4.310
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	2.607	4,49	11.705	1.985
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	134.576	13,91	214.547	45.344
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5.352
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				224.635
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	10.160	14,44	16.815	3.612
. Compromisso de compra	762	11,29	986,00	4
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				25.361
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				28.977

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de compra	434.767	13,99	697.112	161.629
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	283.168	4,43	1.254.434	226.984
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	134.576	15,34	236.604	3.567
Contratos de Swap - Juros - Balcão				14.293
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				406.473
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	7.697	4,53	34.871	5.891
Contratos de Swap - Juros - Balcão				73.131
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				79.022

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	61.519	131.150	(69.631)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	3.160	80.423	(77.263)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	1.549	755.888	(754.339)
	66.228	967.461	(901.233)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(22.518)	(328.937)	306.419
	43.710	638.524	(594.814)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado	Safra 21/22	Safra 22/23	Safra 23/24	Safra 24/25 à 25/26	TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(69.143)	(488)	-	-	(69.631)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(62.254)	(15.009)	-	-	(77.263)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(143.694)	(148.243)	(155.526)	(306.876)	(754.339)
	(275.091)	(163.740)	(155.526)	(306.876)	(901.233)
Tributos diferidos sobre os itens acima	93.531	55.672	52.879	104.337	306.419
	(181.560)	(108.068)	(102.647)	(202.539)	(594.814)

23.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

23.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2021				
Empréstimos e financiamentos	735.737	1.546.631	2.258.785	4.541.153
Arrendamentos a pagar	68.300	63.669	456.352	588.321
Parceria agrícola a pagar	279.041	254.328	1.162.543	1.695.912
Instrumentos financeiros derivativos	218.685	80.227	-	298.912
Fornecedores	229.644	-	-	229.644
Aquisição de participação societária	12.156	22.665	(20.781)	14.040
Outros passivos	17.126	-	5.617	22.743
	1.560.689	1.967.520	3.862.517	7.390.725
Em 31 de março de 2020				
Empréstimos e financiamentos	695.444	2.125.151	2.949.233	5.769.828
Arrendamentos a pagar	66.110	119.929	517.511	703.550
Parceria agrícola a pagar	281.961	507.585	1.173.327	1.962.873
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	-	-	406.473
Fornecedores	176.848	-	-	176.848
Aquisição de participação societária	12.687	12.283	1.872	26.842
Outros passivos	10.310	-	12.879	23.189
	1.649.833	2.764.948	4.654.822	9.069.603
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2021				
Empréstimos e financiamentos	735.737	1.546.631	2.258.785	4.541.153
Arrendamentos a pagar	68.300	63.669	456.352	588.321
Parceria agrícola a pagar	279.041	254.328	1.162.543	1.695.912
Instrumentos financeiros derivativos	218.685	80.227	-	298.912
Fornecedores	221.707	-	-	221.707
Aquisição de participação societária	12.156	22.665	(20.781)	14.040
Outros passivos	30.812	-	5.617	36.429
	1.566.438	1.967.520	3.862.517	7.396.474
Em 31 de março de 2020				
Empréstimos e financiamentos	695.444	2.125.151	2.949.233	5.769.828
Arrendamentos a pagar	66.110	119.929	517.511	703.550
Parceria agrícola a pagar	281.961	507.585	1.173.327	1.962.873
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	79.022	-	485.495
Fornecedores	174.524	-	-	174.524
Aquisição de participação societária	12.687	12.283	1.872	26.842
Outros passivos	18.527	-	12.869	31.396
	1.655.726	2.843.970	4.654.812	9.154.508

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA's permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

24.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

			Controladora	
	Classificação	2021	2020	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	287.652	91.998	
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	962.308	1.810.651	
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	170.554	125.531	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	132.351	222.899	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	56.192	30.713	
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	484.779	270.872	
Partes relacionadas	Custo Amortizado	30.000	255	
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	114.777	70.843	
		2.238.613	2.623.762	
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	216	8.389	
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.050.747	4.806.053	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	211.295	398.071	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	87.617	87.424	
Arrendamento e Parcerias Agrícolas a pagar	Custo Amortizado	1.912.634	1.675.913	
Fornecedores	Custo Amortizado	229.644	176.848	
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	15.288	26.934	
Outros passivos	Custo Amortizado	22.743	23.189	
		6.530.184	7.202.821	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
	Classificação	2021	2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	288.350	92.066
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.075.798	1.869.998
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	239.848	193.021
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	132.351	222.899
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	56.192	30.713
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	485.029	271.060
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	114.862	70.896
		2.392.430	2.750.653
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	216	8.389
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.050.747	4.806.053
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	211.295	398.071
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	87.617	87.424
Fornecedores	Custo Amortizado	221.707	174.524
Arrendamento e Parcerias Agrícolas a pagar	Custo Amortizado	1.912.634	1.675.913
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	15.288	26.934
Outros passivos	Custo Amortizado	36.429	31.396
		6.535.933	7.208.704

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

25. Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	962.308	-	-	1.810.651	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.892	163.651	-	173.008	80.604	-
Ativos biológicos	-	-	989.540	-	-	713.547
	24.892	1.125.959	989.540	173.008	1.891.255	713.547
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	92.863	206.049	-	161.629	323.866	-
Empréstimos e financiamentos	-	216	-	-	8.389	-
	92.863	206.265	-	161.629	332.255	-

Consolidado	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.075.798	-	-	1.869.998	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.892	163.651	-	173.008	80.604	-
Ativos biológicos	-	-	989.540	-	-	713.547
	24.892	1.239.449	989.540	173.008	1.950.602	713.547
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	92.863	206.049	-	161.629	323.866	-
Empréstimos e financiamentos	-	216	-	-	8.389	-
	92.863	206.265	-	161.629	332.255	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo “Garman & Kohlhagen”, utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela B3, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Negócios imobiliários;
- (v) Levedura; e
- (vi) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

								2021
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	162.806	1.920.806	217.461	15.040	51.017	106.869	-	2.473.999
Mercado externo	2.121.033	401.362	-	-	-	-	-	2.522.395
Resultado com derivativos	(335.190)	(11.739)	-	-	-	-	-	(346.929)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(6.578)	(6.578)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(12.678)	(278.258)	(17.186)	(1.605)	(7.574)	(20.503)	-	(337.804)
Receita Líquida	1.935.971	2.032.171	200.275	13.435	43.443	86.366	(6.578)	4.305.083
Custo dos produtos vendidos	(1.260.552)	(1.434.539)	(69.585)	(1.288)	(14.792)	(35.058)	-	(2.815.814)
Varição do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	-	64.979	64.979
Lucro bruto	675.419	597.632	130.690	12.147	28.651	51.308	58.401	1.554.248
Margem bruta	34,89%	29,41%	65,26%	90,41%	65,95%	59,41%	-	36,10%
Despesas com vendas	(120.816)	(39.433)	(12.600)	-	(305)	-	-	(173.154)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	12.209	-	-	157.611	169.820
Lucro operacional	554.603	558.199	118.090	24.356	28.346	51.308	216.012	1.550.914
Margem Operacional	28,65%	27,47%	58,96%	181,29%	65,25%	59,41%	-	36,03%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(623.790)	(623.790)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	927.124
								2020
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	129.475	2.111.315	237.618	22.556	27.166	59.487	-	2.587.617
Mercado externo	1.130.559	379.365	-	-	-	-	-	1.509.924
Resultado com derivativos	(10.567)	(15.174)	-	-	-	-	-	(25.741)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(6.574)	(6.574)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(8.501)	(328.465)	(19.174)	(2.449)	(3.376)	(9.401)	-	(371.366)
Receita Líquida	1.240.966	2.147.041	218.444	20.107	23.790	50.086	(6.574)	3.693.860
Custo dos produtos vendidos	(895.081)	(1.488.660)	(48.268)	(1.648)	(9.007)	(43.730)	-	(2.486.394)
Varição do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(30.602)	(30.602)
Lucro bruto	345.885	658.381	170.176	18.459	14.783	6.356	(37.176)	1.176.864
Margem bruta	27,87%	30,66%	77,90%	91,80%	62,14%	12,69%	-	31,86%
Despesas com vendas	(85.277)	(41.672)	(11.248)	-	-	-	-	(138.197)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	147.166	147.166
Lucro operacional	260.608	616.709	158.928	18.459	14.783	6.356	109.990	1.185.833
Margem Operacional	21,00%	28,72%	72,75%	91,80%	62,14%	12,69%	-	32,10%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(546.823)	(546.823)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	639.010

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2021, estão classificados em “Outros Produtos” a receita líquida com créditos de descarbonização (Cbios) no valor de R\$ 27.719.

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

							2021
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	109.133	34.661	43.630	41.037	721	10.666	239.848
Estoques e adiantamento a fornecedores	270.296	259.856	-	5.056	17	17.926	553.151
Ativos biológicos	421.222	568.318	-	-	-	-	989.540
Imobilizado	2.904.233	2.891.509	125.183	-	39.274	2.445	5.962.644
Intangível	247.568	173.054	31.120	-	-	-	451.742
Direito de uso	950.912	918.484	-	-	-	-	1.869.396
Total de ativos alocados	4.903.364	4.845.882	199.933	46.093	40.012	31.037	10.066.321
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	2.351.535	2.351.535
Total	4.903.364	4.845.882	199.933	46.093	40.012	2.382.572	12.417.856
							2020
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	17.277	70.340	56.885	42.941	2.345	3.233	193.021
Estoques e adiantamento a fornecedores	154.786	245.954	-	8.287	1	7.065	416.093
Ativos biológicos	246.388	467.159	-	-	-	-	713.547
Imobilizado	2.302.517	3.384.846	148.538	-	5.300	3.304	5.844.505
Intangível	248.545	176.057	41.087	-	-	-	465.689
Direito de uso	685.740	1.033.713	-	-	-	-	1.719.453
Total de ativos alocados	3.655.253	5.378.069	246.510	51.228	7.646	13.602	9.352.308
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	2.761.218	2.761.218
Total	3.655.253	5.378.069	246.510	51.228	7.646	2.774.820	12.113.526

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

27. Receitas

A São Martinho reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos bens e serviços.

Não existem perdas estimadas em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita.

Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo da receita ao longo do tempo (POC). Nas demonstrações financeiras atuais, o montante acumulado registrado é de R\$ 7.720 (em 31 de março de 2020 - R\$ 2.732).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação.

A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos à medida que ocorrem.

Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 38% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 12%.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

A composição das receitas é a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.365.363	2.457.507	2.473.999	2.587.617
Mercado externo	2.522.395	1.509.924	2.522.395	1.509.924
Resultado com derivativos	(346.929)	(25.741)	(346.929)	(25.741)
	<u>4.540.829</u>	<u>3.941.690</u>	<u>4.649.465</u>	<u>4.071.800</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(6.578)	(6.574)
	<u>4.540.829</u>	<u>3.941.690</u>	<u>4.642.887</u>	<u>4.065.226</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(330.337)	(362.602)	(337.804)	(371.366)
	<u>4.210.492</u>	<u>3.579.088</u>	<u>4.305.083</u>	<u>3.693.860</u>

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

28. Outras receitas, líquidas

Nas demonstrações financeiras atuais, do saldo total em outras receitas, líquidas, R\$ 383.040 se referem a indenização recebida pela Copersucar e repassada para a Companhia, conforme detalhado na nota 16.b.

29. Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria prima e materiais de uso e consumo	938.580	765.327	858.731	702.956
Despesas com pessoal	475.373	425.029	478.633	428.169
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	1.382.583	1.246.680	1.386.290	1.249.917
Serviços de terceiros	60.002	61.516	59.720	60.059
Fretes sobre vendas	142.934	106.216	142.934	106.216
Peças e serviços de manutenção	130.249	114.142	132.613	114.466
Contencioso	12.382	8.578	12.396	8.582
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(64.979)	30.602	(64.979)	30.602
Materiais para revenda	24.294	22.685	43.187	35.011
Custo com venda de terras	-	-	1.288	1.648
Outras despesas	122.869	127.284	130.334	134.436
	<u>3.224.287</u>	<u>2.908.059</u>	<u>3.181.147</u>	<u>2.872.062</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	2.804.465	2.563.599	2.750.835	2.516.996
Despesas com vendas	170.897	136.108	173.154	138.197
Despesas gerais e administrativas	248.925	208.352	257.158	216.869
	<u>3.224.287</u>	<u>2.908.059</u>	<u>3.181.147</u>	<u>2.872.062</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	32.948	103.700	37.704	109.974
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.046)	(4.729)	(2.272)	(4.797)
Outras receitas	17.325	8.998	27.847	11.826
	48.227	107.969	63.279	117.003
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	(123.533)	(118.980)	(123.533)	(118.980)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(167.121)	(249.441)	(167.132)	(249.441)
Juros incorridos	(19.109)	(27.351)	(19.117)	(27.523)
Comissão de fiança bancária	(1.082)	(870)	(1.082)	(870)
Obrigações Copersucar	(8.017)	(6.908)	(8.017)	(6.908)
Outras despesas	(73.935)	(12.198)	(74.033)	(12.257)
	(392.797)	(415.748)	(392.914)	(415.979)
Variação cambial e monetária, líquida				
Disponibilidades	17.560	25.468	17.560	25.468
Clientes e fornecedores	3.172	19.322	3.172	19.322
Empréstimos e financiamentos	(35.599)	(80.681)	(35.599)	(80.681)
	(14.867)	(35.891)	(14.867)	(35.891)
Derivativos - não designados para hedge accounting				
Resultado com operações de açúcar	(9.141)	(4.131)	(9.141)	(4.131)
Resultado com operações de etanol	551	(7.227)	551	(7.227)
Resultado com operações de câmbio	(13.365)	(77.838)	(13.365)	(77.838)
Resultado com swap	18.229	(42.025)	18.229	(42.025)
Custo com transações em bolsa	(1.364)	(1.119)	(1.364)	(1.119)
Variação cambial líquida	7.480	15.048	7.480	15.048
	2.390	(117.292)	2.390	(117.292)
Resultado financeiro	(357.047)	(460.962)	(342.112)	(452.159)

(i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;

31. Lucro por ação

	2021	2020
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	927.124	639.010
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil	346.375	348.443
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	2,6766	1,8339

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informação não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado Item	Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Riscos Operacionais (ii)	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	1.182.917
Lucros Cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia.	1.023.706
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros.	2.512.969
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	30.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

(ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos estão excluídas pois têm como referência 100% da tabela FIPE.

* * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Safra 2020/2021



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A safra 2020/2021 foi, sem dúvida, uma safra sem precedentes, por meio da qual tivemos que enfrentar um dos momentos de maior desafio à humanidade, em meio a uma pandemia inesperada que gerou efeitos no mundo todo. Nós, da São Martinho, como uma empresa brasileira, e parte do agronegócio, continuamos nossa jornada, com todos os ajustes e cuidados necessários em nosso dia a dia, para seguirmos produzindo nossos produtos, e atender às necessidades básicas da humanidade.

O empenho e comprometimento de nossos colaboradores, e o apoio de seus familiares, foram fundamentais para que pudéssemos conduzir nossas operações ao longo da safra. E mesmo diante dos desafios que se mostraram, conseguimos um ano com recorde de resultados operacionais e financeiros. Essa performance foi acompanhada por outras grandes conquistas à Companhia e reconhecimentos do mercado, os quais gostaríamos de compartilhar com nossos *stakeholders*.

Mantivemos nosso *rating* Grau de Investimento, da *Standard & Poor's*, chancela da comunidade financeira à nossa gestão qualificada, demonstrada não apenas por nossos resultados, mas pela gestão do nível de endividamento da Companhia. Adicionalmente, a São Martinho foi inserida no novo Índice *S&P/B3 Brasil ESG*, da B3, reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade em nossos negócios.

Sabemos que temos frentes bem estabelecidas em *ESG* ("EESG") na São Martinho, mas temos consciência que ainda temos um longo caminho de desenvolvimento desses aspectos, os quais pretendemos compartilhar em breve com nossos *stakeholders*.

Ainda em 2020, a São Martinho foi eleita a Empresa do Ano, segundo *ranking* Valor 1000 do Valor Econômico, dentre as 1000 maiores empresas do país com melhores resultados e performance entre 25 setores da economia, além de ter conquistado o reconhecimento de campeã setorial.

Com base em nossa visão de futuro, e com base em nosso planejamento de crescimento para o próximo ciclo, pretendemos dar continuidade no avanço de nossos negócios, de maneira sustentável, intensificando nosso processo de inovação. No início de 2021, após aprovação do conselho da Administração da São Martinho anunciamos a construção de nova planta de etanol através do processamento de milho, que será acoplada à usina Boa Vista (UBV), no estado de Goiás. Essa nova planta utilizará bagaço (biomassa) residual da UBV para geração de energia para operar, fomentando um processo mais limpo e sustentável. Quanto ao nosso projeto de agricultura 4.0, estamos em processo de conclusão da implementação dessa nova frente de gestão de nossas operações em todas as nossas unidades, e esperamos ganhos operacionais importantes ao longo dos próximos anos. Anunciamos, inclusive, em 2020 uma parceria com a Ericsson e já estamos iniciando os testes em 5G em nossa maior usina, a Usina São Martinho.

Para encerrar nossa mensagem, reforçamos o agradecimento à todos os nossos acionistas e nossos mais de 12.000 colaboradores pela confiança depositada, tanto na visão de estratégia, com na gestão diária dos negócios da Companhia. Esse senso de pertencimento e de compromisso com a excelência em resultados, ainda que em meio aos desafios apresentados na safra, permitiram sermos eleita a Melhor Empresa na Gestão de Pessoas, na categoria de empresas com 7.001 a 17.000 funcionários, segundo *ranking* Valor Carreira.

Nossos agradecimentos.

1. Descrição dos Negócios

A São Martinho S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado.

A Companhia é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil e possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP), Iracema, em Iracemópolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz (região de Américo Brasiliense, a 45 km da Usina São Martinho) e Boa Vista (Quirinópolis, a 300 km de Goiânia, GO).



Ao longo da safra 2020/2021, a Companhia processou 22,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, uma redução de 0,5% em relação à safra anterior, devido ao clima mais seco observado ao longo da safra. No entanto, o ATR médio se apresentou 4,6% superior em comparação ao mesmo período da safra anterior, resultando no aumento de 4,0% no volume total de ATR produzido.

Na safra 2020/2021, a Companhia produziu 1.483 mil toneladas de açúcar, 1.018 mil m³ de etanol e exportou 880 mil MWh de energia.

2. Conjuntura Econômica e de Mercado

2.1. Mercado de Cana-de-Açúcar do Centro-Sul do Brasil

De acordo com dados de mercado referentes ao encerramento da safra 20/21, a região centro-sul processou cerca de 605 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, representando um aumento de aproximadamente 2,6% em relação ao mesmo período da safra anterior. Do volume de produção, cerca de 46% foi destinada para a produção de açúcar, totalizando 38,5 milhões de toneladas do produto, e os demais 54% destinados para a produção de etanol, que somou cerca de 30 bilhões de litros.

O aumento da produção de açúcar na safra 20/21 em relação ao mesmo período da safra anterior ocorreu, principalmente, pela consistência do prêmio do produto em relação ao etanol ao longo da safra.

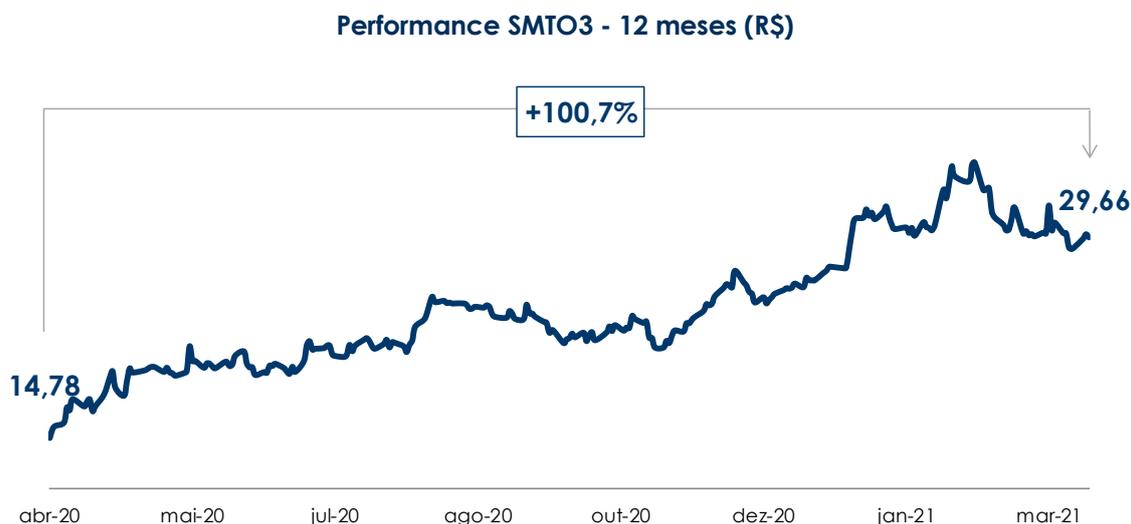
Ao longo de 2020, e até este momento, o país vem enfrentando um período de seca prolongada e intensa afetando o desenvolvimento dos canaviais, e portanto, a disponibilidade de cana para a próxima safra. Segundo dados de mercado¹ a região centro-sul do Brasil deverá processar entre 540 a 565 milhões de toneladas, representando uma importante redução em relação à safra 20/21.

Segundo as mesmas estimativas, a região centro-sul deverá produzir entre 33 a 35 milhões de toneladas de açúcar, aproximadamente, e cerca de 24 a 28 milhões de toneladas de etanol.

¹.Canaplan/Datagro

2.2. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da São Martinho (SMT03) apresentaram recuperação ao longo da safra 20/21 valorizando +100,7% no período. A performance no período reflete, principalmente, uma melhora das condições de mercado, relacionadas, principalmente aos efeitos da pandemia, que afetaram o mercado, e as ações da Companhia, em meados de março/20.



3. Desempenho Econômico-Financeiro

	12M21	12M20	Var. (%)
Milhares de R\$			
Receita Líquida ¹	4.322.174	3.701.547	16,8%
EBITDA (Ajustado)	2.187.515	1.857.191	17,8%
Margem EBITDA (Ajustada)	50,6%	50,2%	0,4 p.p.
EBIT (Ajustado)	1.021.885	792.538	28,9%
Margem EBIT (Ajustada)	23,6%	21,4%	2,2 p.p.
Indicadores de Balanço Consolidados			
Ativo Total	10.649.932	10.477.842	1,6%
Patrimônio Líquido	4.035.495	3.369.482	19,8%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	2.187.515	1.857.191	17,8%
Dívida Líquida	2.702.103	2.879.311	-6,2%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	1,24 x	1,55 x	-20,3%
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido)	67%	85%	

¹ - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

Os dados não contemplam os impactos do IFRS 16

Segue abaixo a tabela de receita líquida da Companhia detalhada por produto, entre mercado doméstico e mercado externo, nos últimos exercícios sociais.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M21	12M20	Var. (%)
Milhares de Reais			
Mercado Doméstico	2.145.422	2.228.211	-3,7%
Açúcar	154.352	134.393	14,9%
Etanol	1.639.412	1.781.389	-8,0%
Energia Elétrica	200.276	218.444	-8,3%
Levedura	43.442	23.791	82,6%
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	7,3%
CBIOS	27.179	-	n.m.
Outros	59.189	50.087	18,2%
Mercado Externo	2.176.752	1.473.336	47,7%
Açúcar	1.783.993	1.107.684	61,1%
Etanol	392.759	365.652	7,4%
Receita Líquida Total¹	4.322.174	3.701.547	16,8%
Açúcar	1.938.345	1.242.077	56,1%
Etanol	2.032.171	2.147.041	-5,4%
Energia Elétrica	200.276	218.444	-8,3%
Levedura	43.442	23.791	82,6%
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	7,3%
CBIOS	27.179	-	n.m.
Outros	59.189	50.087	18,2%

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

No comparativo 12M21 x 12M20, a receita líquida consolidada da São Martinho S.A. apresentou crescimento de 16,8%, totalizando R\$ 4,3 bilhões. Conforme já mencionado anteriormente, o aumento da receita líquida reflete, principalmente, (i) ao maior volume vendido de açúcar (+34%) a preços superiores (+17%) em relação do 12M20, (ii) a comercialização de CBIOS ocorrida na safra, e (iii) aumento do volume de vendas de levedura, e melhores preços.

A Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado, visando demonstrar a informação que melhor reflete a sua geração operacional de caixa. Em linha com a Instrução CVM 527/12 a Companhia realiza a reconciliação do EBITDA, conforme tabela abaixo.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA	12M21	12M20	Var.%
Em Milhares de R\$			
EBITDA Ajustado	2.187.515	1.857.191	17,8%
Margem EBITDA Ajustada	50,6%	50,2%	0,4 p.p.
Efeito não Caixa do IFRS 16 no CPV	312.830	274.903	13,8%
Direitos Copersucar	383.040	349.056	9,7%
Ativos Biológicos	64.979	(30.602)	n.m.
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.776	625	n.m.
Stock Option - Não exercíveis	(16.928)	252	n.m.
Resultados de Negócios Imobiliários	(8.137)	-	n.m.
Vencimento de Dívida (Hedge)	(2.376)	(1.113)	113,5%
Receitas (Despesas) - Não recorrente	17.083	(7.988)	n.m.
EBITDA Contábil¹	2.943.783	2.442.324	20,5%
Margem EBITDA	68,4%	66,1%	2,3 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.392.869)	(1.256.491)	10,9%
(-) Despesa Financeira Líquida	(342.112)	(452.159)	-24,3%
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional	1.208.802	733.674	64,8%

1 - O EBITDA Contábil contempla os impactos do IFRS 16

4. Investimentos

(Manutenção)	12M21	12M20	Var%.
Em Milhares de R\$			
Plantio de Cana - Reforma	358.822	318.717	12,6%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	342.215	303.851	12,6%
Tratos Culturais	559.969	513.543	9,0%
Total	1.261.006	1.136.110	11,0%
(Melhoria Operacional)			
Equipamentos/Reposições	98.130	92.487	6,1%
Ambiental/Legal	21.920	39.336	-44,3%
Total	120.050	131.823	-8,9%
(Modernização/Expansão)			
Plantio de Cana - Expansão / Ativos biológicos	-	22.269	n.m
Projetos (Industriais/Agrícolas)	127.167	97.780	30,1%
Total	127.167	120.049	5,9%
TOTAL GERAL	1.508.223	1.387.982	8,7%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 1,26 bilhão para o período acumulado da safra (12M21), aumento de 11,0%, refletindo principalmente, o impacto da variação cambial no preço de insumos importados, além de um maior período de entressafra ocorrida na safra na 20/21.

Quanto ao capex de melhoria operacional relacionado aos investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais e reposições, e (ii) investimentos de âmbito ambiental/legal, estes somaram R\$ 120,0 milhões, 8,9% inferior quando comparado ao mesmo período da safra anterior.

O capex de expansão somou R\$ 127,2 milhões no 12M21, um aumento de 5,9% na safra, que estão relacionados aos investimentos destinados, principalmente, para (i) Otimização da Colheita e Tratos Culturais: R\$ 45 milhões e TIR de ~22% a.a. (aumento da capacidade dos equipamentos, além do uso de tecnologias inovadoras, como o monitoramento remoto e uso de drones); (ii) Projeto de Etanol de Milho: ~R\$ 25 milhões e TIR de ~25% a.a.; (iii) Modernização (retrofit) das Caldeiras da Usina Boa Vista: R\$ 13 milhões e TIR de ~14% (aumento da eficiência industrial, com aumento marginal de produção de etanol e menor uso de energia); e (iv) Produção de etanol industrial Usina Santa Cruz: R\$ 11 milhões e TIR de ~20% a.a.

Para a safra 21/22, estimamos um capex de manutenção de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, além dos desembolsos previstos para os projetos já anunciados ao mercado como (i) o projeto de cogeração na Usina São Martinho, relacionado ao leilão A-6 (out/19), e (ii) o projeto de produção de etanol de milho acoplado à Usina Boa Vista, os quais somados representam cerca de R\$ 650 milhões. Além desses projetos, estimamos investimentos adicionais que deverão somar aproximadamente R\$ 100 milhões, relacionados à implementações tecnológicas – como migração de nosso sistema ERP para um modelo mais avançado, além de investimentos relacionados ao aumento da eficiência agroindustrial.

5. Fontes de Recursos

5.1. Endividamento

A Companhia encerrou a safra 2020/2021 com uma dívida líquida de R\$ 2,7 bilhões, redução de 6,2% em relação à safra passada, refletindo, principalmente a maior geração de fluxo de caixa operacional ocorrida ao longo da safra 20/21.

O indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado acumulado (12 meses) encerrou a safra em 1,24 vezes.

ENDIVIDAMENTO	mar/21	mar/20	Var%.
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.917.343	1.922.913	-0,3%
BNDES/FINAME	339.321	423.457	-19,9%
Crédito Rural	-	278.536	n.m
Capital de Giro	286.649	261.837	9,5%
PESA	-	8.349	n.m
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	1.163.182	1.445.015	-19,5%
International Finance Corporation (IFC)	344.468	474.334	-27,4%
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	15.288	26.934	-43,2%
Dívida Bruta Total	4.066.251	4.841.376	-16,0%
Disponibilidades	1.364.148	1.962.065	-30,5%
Dívida Líquida	2.702.103	2.879.311	-6,2%
Dívida Líquida / EBITDA Acum. R\$	1,24 x	1,55 x	-20,3%
Dívida Líquida / EBITDA Acum. - USD ¹	1,05 x	1,23 x	-14,6%
EBITDA Ajustado Acumulado	2.187.514	1.857.191	17,8%

EBITDA Acumulado PTAX médio diário 12 meses: mar/20: R\$ 4,11 e mar/21: R\$ 5,41

5.2. Rating

Em outubro de 2019, a S&P concedeu o grau de investimento (*rating* "BBB-") para o risco de crédito de longo prazo da São Martinho em escala global. O *rating* em escala nacional permaneceu "AAA", ambos com *outlook* estável.

6. Remuneração aos Acionistas

6.1. Dividendos/JCP

Em reunião do Conselho de administração realizada em 09 de novembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sob capital próprio no montante bruto de R\$ 120.000.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e também na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra dos dividendos baseados na política de remuneração:

Calculo Lucro Caixa	2021
LAIR	1.208.802
IR/CS Contábil	(281.678)
Lucro Líquido do Exercício	927.124
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	37.940
IR/CS Contábil	281.678
IR/CS Pago	(30.354)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(154.905)
Ajuste do Ativo Biológico	(64.979)
Lucro Caixa	996.504
Política de Dividendos (41,5% do lucro caixa)	413.829
Reserva de Lucros a Realizar	6.171
Total de Resultados a distribuir	420.000

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. A reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de junho de 2021, aprovou a proposta de distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 197.459 (R\$ 0,5701 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2021	2020
Em Milhares de R\$		
Lucro líquido do exercício	927.124	639.010
Constituição de reserva legal - 5%	-46.356	-31.950
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-81.933	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	798.835	607.060
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	199.709	151.765
Juros sobre o capital próprio	120.000	120.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-16.660	-16.592
Dividendos mínimos obrigatórios	96.369	48.357
Realização de reserva de lucros a realizar	6.171	6.332
Dividendos adicionais	197.459	12.936
Total	403.339	171.033
Dividendo por ação	1,1645	0,4933
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março (mil)	346.375	346.744

Dessa forma, os dividendos propostos totalizam R\$ 403,3 milhões, ou aproximadamente 50% sob o lucro líquido, após deduzida a reserva legal, ou 41,5% do lucro caixa.

6.2. Recompra de Ações

O Conselho de Administração da São Martinho aprovou em 24 de junho de 2019 a abertura do 6º programa de recompra de até 10 milhões de ações com prazo até dezembro de 2020, com o objetivo de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa de modo a maximizar a alocação de capital e a geração de valor para os acionistas.

Até dezembro de 2020, a Companhia adquiriu 4.427.600 ações, ao preço médio de R\$ 18,76/ação, totalizando o investimento de R\$ 83,1 milhões.

7. Perspectivas

Conforme publicado em Fato Relevante nesta data, 21 de junho de 2021, segue na tabela abaixo a expectativa para os dados operacionais da safra 21/22.

	Guidance 21/22	20/21	Var. (%)
DADOS OPERACIONAIS			
Cana Processada (mil tons)	20.525	22.522	-8,9%
ATR Médio (kgs/ton)	146,0	145,7	0,2%
Dados de Produção			
Açúcar (mil ton)	1.205	1.483	-18,7%
Etanol (mil m³)	1.013	1.018	-0,5%
Cogeração (mil MWh)	833	880	-5,3%
Mix Açúcar - Etanol	42%-58%		

O volume de moagem de cana-de-açúcar previsto para a safra 21/22 está estimado em aproximadamente 20,5 milhões de toneladas, 8,9% inferior em relação à safra anterior, com ATR médio em linha com o apresentado na safra 20/21. Esse resultado reflete a forte estiagem presente no país, afetando momentaneamente a produtividade de nossos canaviais.

Quanto ao mix de produção previsto para a safra, a Companhia estima um mix de produção de 58% para etanol e 42% para açúcar, considerando as condições de mercado atuais e esperadas ao longo da safra.

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas, e portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

8. ESG (Ambiental, Social e Governança)

A Sustentabilidade é um pilar estratégico da São Martinho e sempre esteve presente na cultura da Companhia, permeando sua forma de operar e gerir o negócio. O aprimoramento constante do modelo de Gestão da Sustentabilidade, fundamentado nos pilares “ESG” - Ambiental, Social e Governança, está correlacionado aos temas estratégicos da Companhia e atrelado à visão de mercado, norteando as ações no dia a dia das operações, para crescimento da São Martinho e de toda cadeia produtiva de forma inovadora, com alto nível de excelência e eficácia.

O cuidado com o meio ambiente abrange desde o uso responsável dos recursos naturais, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar até a reutilização de subprodutos no processo produtivo, como bagaço de cana-de-açúcar para produção de energia e vinhaça para fertirrigação, estando diretamente relacionado à perenidade dos negócios. Atua também na educação ambiental através dos Centros de Educação Ambiental em três unidades. Além disso, como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a São Martinho busca atuar no monitoramento e mitigação de riscos relacionados a mudanças climáticas.

No pilar social, por sua vez, está o bom relacionamento e respeito com as comunidades do entorno. Como parte do compromisso da Companhia, há o fortalecimento de negócios locais, realização de painéis de engajamento com as comunidades e investimento em temas de educação orientado internamente pela Política de Investimento Social Privado. O trabalho é norteado por uma gestão social responsável, pautada em uma relação ética e transparente com todos os stakeholders envolvidos, desde a comunidade interna até os parceiros agrícolas, fornecedores e clientes.

Em relação à governança corporativa, pautada nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, permite a definição de uma estrutura organizacional que orienta e permite, de forma eficiente e confiável, o avanço da Companhia. Por meio da estruturação de políticas e planos e da tratativa de gestão de riscos, a Companhia garante ética e integridade nas operações, levando à geração de milhares de empregos diretos e indiretos que contribuem para otimização do valor econômico e bem comum.

A Companhia monitora o desempenho e o cumprimento de requisitos dos sistemas de gestão ambiental, social e de governança de acordo com certificações e diretrizes nacionais e internacionais descritas a seguir. Assim, a São Martinho torna os processos transparentes, garante qualidade e segurança, gerando valor para as diversas partes interessadas.

Certificação	Natureza	Unidades certificadas
Bonsucro	Reconhecimento internacional de sustentabilidade da Produção de cana-de-açúcar e da Cadeia de Custódia	UIR e USC
RenovaBio	Certificado de produção eficiente de biocombustíveis	UIR, USM, UBV e USC
Etanol mais Verde	Protocolo de intenções para desenvolver as melhores práticas de sustentabilidade na cadeia de produção sucroenergética paulista	UIR, USM e USC
Certificado/Selo Energia Verde	Certificação concedida a empresas que usam energia gerada a partir da biomassa de cana-de-açúcar	UBV e USC
I-REC	Certificação internacional da origem renovável (biomassa) da eletricidade gerada	UIR e USM
RFS2 Renewable Fuel Standard - EPA	Registro na Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos para comercialização de etanol nos EUA	UIR, USM e USC
LCFS (Low Carbon Fuel Standard) - CARB	Registro no California Air Resources Board para comercialização de etanol para o estado da Califórnia nos EUA	USM e USC
GMP+ B2	Certificação para produção de ingredientes para rações	UIR, USM, UBV e USC

Kosher	Atestado de fabricação de açúcar seguindo normas específicas da dieta judaica ortodoxa	UIR, USM, UBV e USC
Halal	Atestado, reconhecido por países islâmicos, da fabricação de açúcar seguindo requisitos legais e critérios determinados pela jurisprudência islâmica	UIR
ISO 9001	Sistema de Gestão de Qualidade	USC
ISO 14001	Sistema de Gestão Ambiental	USC
ISO 17025	Competência de Laboratórios de Ensaios e Calibração	USM

8.1 Ambiental

A São Martinho busca melhorias nos processos de forma a minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas operações e potencializar sua contribuição para um agronegócio mais sustentável e resiliente. Neste contexto, todas as usinas da Companhia localizadas no Estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Usina Boa Vista, localizada no Estado de Goiás, segue o mesmo padrão.

Como parte do Sistema de Gestão Integrada, o gerenciamento ambiental das operações tem como prioridades o uso consciente de recursos hídricos, a gestão de resíduos sólidos, a adaptação contínua às mudanças climáticas, a proteção do solo e da água, bem como da fauna e da flora, a educação ambiental e a conformidade permanente com leis e regulamentos.

Educação ambiental

As ações realizadas nos Centros de Educação Ambiental (CEAs) das unidades da Companhia fortalecem a prática da educação ambiental por meio da conscientização de colaboradores, estudantes e comunidade em geral sobre a importância da preservação e do respeito ao meio ambiente. São realizadas ainda ações internas em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, dia da água e dia da árvore. Juntos, os CEAs já receberam cerca de 132 mil pessoas nos últimos 20 anos.

Recursos Hídricos

Diferentes fontes hídricas são utilizadas pela Companhia. A Usina Iracema faz captação de duas fontes hídricas, os córregos Paramirim e Iracema. A Usina São Martinho, por sua vez, capta água de três fontes: Rio Mogi Guaçu, Córrego Triste e Aquífero Guarani. Na Santa Cruz, as fontes são os córregos Paulino, João Mendes, Anhumas e o Aquífero Guarani. Já a Usina Boa Vista capta água de duas fontes hídricas, o Rio Preto e o Aquífero Guarani.

O investimento em reuso é uma frente capaz de reduzir significativamente a pegada hídrica do negócio. As unidades adotam projetos como o uso de água proveniente da concentração da vinhaça e aproveitamento de água condensada.

Também faz parte das ações da Companhia realizar análises da qualidade dos efluentes devolvido ao meio ambiente, um processo que visa adequar a manutenção do bom funcionamento do ciclo hidrológico, de forma a amenizar eventuais impactos ao ecossistema natural.

Em relação ao descarte, na Usina São Martinho, os efluentes são tratados em lagoas de estabilização e a qualidade da água é monitorada de acordo com os padrões exigidos pela legislação, com posterior descarte em rio. Nas demais unidades, a água residuária é destinada aos canais por meio de fertirrigação.

Resíduos Sólidos

A São Martinho conta com o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), que tem como foco três "R": reduzir o consumo de insumos e materiais; reutilizar os subprodutos gerados; e reciclar quando possível. O Programa tem como objetivo sistematizar a gestão de resíduos sólidos provenientes das atividades agroindustriais, prevenindo impactos nocivos ao meio ambiente. As unidades da Companhia contam com Sistema de Gestão de Resíduos direcionado pelo PGRS, aprimorando a segregação dos resíduos e destinação/disposição final ambientalmente adequada destes.

Emissões de gases do efeito estufa

O gerenciamento via inventário de emissões de gases de efeito estufa realizado em todas as unidades da São Martinho assegura um acompanhamento proativo e responsável da pegada de carbono do negócio, com esforços de mitigação de impactos e adaptação às mudanças do clima que abrangem a operação agrícola – tais como combate a incêndios, uso responsável de defensivos e adoção de técnicas de agricultura de precisão – e a indústria, por meio do controle de poluição atmosférica.

Além disso, as unidades utilizam equipamentos de controle de poluição atmosférica dos gases de fontes fixas e móveis, adequados às leis ambientais vigentes. São realizados, anualmente, o monitoramento dos gases emitidos das chaminés das caldeiras e os relatórios conclusivos para NOx. O material particulado gerado é protocolado junto aos órgãos ambientais.

Todas as unidades têm um programa interno de Autofiscalização e Monitoramento da Emissão de Fumaça Preta da sua frota movida a diesel, segundo os termos da legislação vigente, utilizando para isso a Escala de Ringelmann e/ou opacímetro. A preocupação com a emissão de poluentes é estendida à utilização de máquinas de alta performance e rendimento energético, que, somadas à adoção da agricultura de precisão, reduzem o uso de combustíveis.

Uso do solo

A gestão agrícola da São Martinho está sujeita a uma série de políticas que abrangem planos de conservação de solo, recuperação de áreas e manejo de culturas. O objetivo central é assegurar um uso adequado dos terrenos, em respeito às necessidades de recuperação, proteção e nutrição do solo para garantir produtividade no campo e conformidade às políticas ambientais de referência para o setor.

Entre as práticas da São Martinho, previstas em seu plano de conservação do solo, destacam-se:

- Reposição de matéria orgânica com utilização de subprodutos (vinhaça);
- Atendimento das necessidades de adubação a cada ciclo, melhorando as características físicas, químicas e biológicas do solo;
- Uso de curvas de nível, terraços e lombadas para diminuir o comprimento de rampa, melhorando a infiltração de água no solo;
- Manutenção da palhada para proteger o solo de gotas de chuva e aumentar o teor de matéria orgânica;
- Sistema de preparo do solo reduzido ou "cultivo mínimo", que promove a movimentação mínima do solo de forma a atender as necessidades de desenvolvimento da cultura da cana;
- Métodos MPB e MEIOSI, com maior eficiência e produtividade por hectare;
- Aplicação de vinhaça concentrada e localizada, permitindo nutrição adequada do solo e menor impacto ambiental da produção.

Biodiversidade

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável está descrito em seu Projeto Reserva Legal, iniciativa da Companhia para mapear, planejar e executar toda a regularização ambiental de suas áreas rurais.

Com a vigência do Código Florestal atual, a São Martinho promoveu o mapeamento completo de suas propriedades rurais, por meio de Diagnósticos Ambientais, classificando o uso e a ocupação do solo, e, suas Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), respeitando integralmente a legislação vigente. Por meio da situação apurada, cadastrou 100% de suas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), independentemente de qualquer prorrogação legislativa.

Em linha com suas diretrizes e melhores práticas ambientais, a Companhia formou um grupo multidisciplinar, com a participação de diversas áreas e suporte de uma consultoria externa. Esse fórum atua sob gestão da equipe da São Martinho Terras Imobiliárias e analisa, planeja e recomenda (dentro de seu processo de Governança), considerando a sustentabilidade e a eficiência ambiental.

Com relação à estratégia de regularização ambiental, a São Martinho indicou no CAR as APPs e áreas de Reserva Legal existentes nas propriedades, e, com os excedentes, realizará compensações ambientais entre elas. Para os déficits apurados, foram realizadas aquisições de ativos florestais em Unidades de Conservação – áreas com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo poder público com objetivo de conservação.

A Companhia permanece atenta à consolidação da legislação e edição de novas normas complementares/regulamentadoras do Código Florestal.

Outro destaque é o Projeto Viva a Natureza, implementado pela São Martinho no ano 2000 para recompor e conservar matas ciliares, proteger nascentes e mananciais, reduzir riscos de assoreamento e preservar espécies nativas. O projeto tinha como objetivo o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nas áreas de influência da companhia por um período de dez anos. Atualmente, a marca estipulada foi ultrapassada, sendo assim, os plantios acontecem sob demanda em áreas de APPs, RLs e áreas de interesse da companhia, visando a proteção de nascentes e mananciais para minimizar riscos de assoreamento nos cursos d'água e preservar as espécies nativas. Além disso, o projeto possibilitou a conscientização dos colaboradores da Companhia, de estudantes e das comunidades localizadas no entorno das unidades sobre a importância da preservação da natureza. O projeto já promoveu o plantio de mais de 4,6 milhões de mudas.

Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização

Por ter entre seus valores o respeito ao meio ambiente, a São Martinho está sempre atenta à preservação de forma equilibrada, visando assegurar seu crescimento consciente por meio do respeito à legislação aplicável. A Companhia realiza o monitoramento de requisitos legais por meio de software especializado, bem como o cumprimento das exigências técnicas de suas licenças ambientais. A São Martinho, contudo, não se limita a cumprir as exigências legais, buscando sempre adiantar-se aos possíveis impactos ambientais significativos gerados por seus processos agroindustriais.

8.2 Social

PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O setor sucroenergético é um importante indutor de desenvolvimento para as regiões nas quais opera. Por meio das atividades empresariais, diversos impactos sociais e econômicos positivos são promovidos – como a dinamização da economia local, a geração de empregos diretos e indiretos, a qualificação de mão de obra e a melhoria das práticas na cadeia de suprimentos – reforçando a contribuição dos negócios para a sociedade.

Na Companhia, o respeito pelas pessoas e o bom relacionamento com a comunidade estão expressos na Política de Responsabilidade Social – que atribui à São Martinho valores como a ética e a transparência com seus públicos. O alinhamento às melhores práticas de mercado, com certificações socioambientais na produção e o fomento à educação e ao desenvolvimento local, também reforça os benefícios potenciais para as localidades em que está presente.

As comunidades são envolvidas nas ações, mediante reuniões que a Companhia realiza com secretarias de educação e cultura e Prefeituras Municipais, e por meio de rodas de conversa, com diversos públicos de interesse, discutindo temas relacionados a sustentabilidade. Os projetos e as ações sociais são alinhados em conjunto, fortalecendo assim nossa parceria e tendo maior efetividade nas ações que levamos para comunidade.

A empresa patrocina e apoia, anualmente, projetos e eventos de cultura e lazer nas comunidades em que atua.

Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros

Desenvolvido em parceria com instituições de Iracemápolis e Pradópolis, promoveu, na safra 2020/2021, o acesso de 48 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. São duas décadas proporcionando oportunidades para todos os participantes do programa. No quadro da São Martinho, há vários profissionais oriundos do Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros.

Programa Qualificação para Mulheres

Com o objetivo de criar ações que promovam o 4º princípio do Empoderamento Feminino, proposto pela ONU Mulheres e assinado pela SMSA em 2019, criamos um programa de qualificação e profissionalização de Mulheres nas comunidades onde nossas usinas estão instaladas. A primeira turma, formada por mulheres, da região da Usina São Martinho, teve seu início em maio de 2021 com a qualificação Instrumentista 4.0 em parceria com SENAI de Ribeirão Preto.

CULTURA E LAZER

Projeto Ler é Viver

Em um formato inovador e novamente com o apoio da São Martinho, a Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto realizou, entre os dias 14 e 18 de setembro, a ação digital "20 Horas de Literatura", em comemoração aos 20 anos da Feira Internacional do Livro de Ribeirão Preto. A edição comemorativa contou com a participação de 20 convidados especiais que comentaram a sua visão pessoal sobre as 20 palavras mais importantes destes últimos 20 anos. Na ocasião, também foi lançado o e-book "20 palavras. Leituras sobre o agora", contendo os textos dos convidados que palestraram durante o evento digital. Com o objetivo de incentivar a leitura e estimular a participação de seu público interno nesta ação cultural, a São Martinho divulgou internamente o link de acesso para que os interessados pudessem acompanhar as palestras. O que antes era um evento presencial, que podia ser visitado por colaboradores de usinas mais próximas da cidade de

Ribeirão Preto, na versão online conquistou público de todas as regiões do país, possibilitando, inclusive, a participação de pessoas de todas as unidades do nosso negócio.

AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Segurança, respeito, companheirismo e parceria são valores e virtudes que norteiam a conduta profissional de todos os seus colaboradores e estabelecem laços duradouros, imprimindo o jeito de ser da São Martinho e o modo como a Companhia se relaciona com seus públicos de interesse. Anualmente, estimulamos nossos colaboradores a participar de ações que beneficiam as comunidades onde a São Martinho está inserida, despertando o espírito de solidariedade e o voluntariado no público interno por meio de campanhas.

Programa Empresários do Futuro

Desenvolvido em Itacemópolis, o projeto tem como objetivo mostrar aos alunos do Ensino Médio como funciona uma empresa. A ação inclui a apresentação de conceitos como marketing, finanças, recursos humanos e produção. Durante 15 semanas, os participantes têm a oportunidade de desenvolver e comercializar um produto, com base em pesquisas de mercado elaboradas e executadas por eles. O projeto é apoiado voluntariamente por colaboradores da Usina Itacema que participam da iniciativa como professores. A participação dos jovens também é voluntária, já que as aulas são ministradas no contraturno escolar. O projeto é resultado da parceria da Companhia com as ONGs Junior Achievement e o Instituto de Desenvolvimento de Limeira (IDELI).

Campanha Natal sem Fome

São arrecadados, nesta campanha anual, alimentos não perecíveis, durante os meses de novembro e dezembro, doados a instituições sociais dos municípios de Pradópolis, Itacemópolis, Américo Brasiliense e Quirinópolis (GO).

Campanha do Agasalho

A iniciativa filantrópica anual visa arrecadação de agasalhos e cobertores para destiná-los à população de baixa renda. A campanha é realizada pelo fundo social de algumas cidades do entorno das unidades da São Martinho, com apoio da Companhia.

Doação de Sangue e Medula Óssea

Em comemoração ao Dia Mundial do Doador de Sangue, e com o objetivo de conscientizar seus colaboradores em relação à importância deste tema, foram realizadas ações em todas as unidades da Companhia. São realizadas parcerias com os hemocentros locais para a realização da coleta.

PROGRAMAS DE DIVERSIDADE

O respeito às pessoas está entre os valores da São Martinho, e, neste sentido, a Companhia estimula a diversidade em seu quadro de colaboradores. Sua Política de Responsabilidade Social repudia qualquer forma de discriminação, defende a promoção da equidade e o respeito às diferenças. Violações a essas diretrizes podem ser denunciadas por meio do Canal Ético.

Programa Empresa Cidadã

Desde o início de 2010, a São Martinho adota a prorrogação do período de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Com isso, em todas as unidades, 100% das mães podem optar por ficar

seis meses em casa após o parto, antes de retornar ao trabalho. Além disso, a Companhia adota a licença-paternidade prorrogada, de 5 para 15 dias.

Inclusão Social Economicamente Ativa

Destacando seu compromisso com a diversidade, a São Martinho promove, desde 2013, cursos de capacitação profissional para pessoas com deficiência, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e as prefeituras de Guariba, Pradópolis, Barrinha, Araraquara, Américo Brasiliense, Itacemópolis e Quirinópolis (GO).

O principal objetivo do projeto é qualificar pessoas com deficiência para que possam integrar o mercado de trabalho de forma mais efetiva. Foram aproximadamente 350 pessoas capacitadas. Foi criado um comitê multidisciplinar, para apoiar no processo de atração e seleção, acessibilidade, mapeamento de funções e postos de trabalho para melhor atender esses profissionais.

Em 2019/20, por meio da SIPAT, Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, foi reforçado aos colaboradores a importância do respeito pelas pessoas, independentemente da idade, opção sexual, religião, deficiência, sexo ou cor. A São Martinho acredita que todos somos iguais em nossas diferenças. Os colaboradores, além de assistirem uma palestra sobre o tema, receberam uma cartilha detalhando o nosso compromisso e explicando sobre a diversidade e alguns tipos de deficiência. Além dessa ação, o tema Diversidade vem sendo inserido em nossas campanhas sociais a fim de promover a conscientização.

Outras ações da São Martinho também valorizam pessoas com deficiência, como a contribuição mensal da Usina Itacema à Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL). Para melhorar a qualidade do atendimento da instituição, a unidade também cede espaço físico e apoia sua gestão. Por meio desse trabalho, todos os anos, a unidade recebe o selo "Empresa Amiga da Aril". Outra instituição que recebe incentivo é a Apae de Limeira.

Em Quirinópolis (GO), a São Martinho, por meio do apoio do BNDES, construiu salas de desenvolvimento psicossocial para apoiar o Centro de Atendimento Educacional Especializado Dr. Alfredo Mariz da Costa e, doou para Adeque-Associação dos especialistas de Quirinópolis um veículo adaptado para apoiar o transporte das pessoas com deficiência na cidade.

Todos os esforços contribuíram para a São Martinho figurar entre as 15 grandes empresas do Estado de São Paulo selecionadas no III Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência na última edição do prêmio. A iniciativa é da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e tem como objetivo dar visibilidade às boas práticas relacionadas à inclusão profissional das pessoas com deficiência e estimular as demais organizações a aperfeiçoarem seus programas de respeito à diversidade humana.

As empresas participantes foram avaliadas, entre outros critérios, pela promoção da política dos direitos da pessoa com deficiência, igualdade de oportunidades, grau de sustentabilidade dos projetos, disponibilidades materiais e psicológicas e potencial de reaplicação e multiplicação das iniciativas.

Relacionamento com a Comunidade

A São Martinho promoveu entre março e maio de 2021, encontros com a comunidade nas cidades onde estão localizadas as usinas, Pradópolis (SP), Itacemópolis (SP), Américo Brasiliense (SP) e Quirinópolis (GO). O objetivo da iniciativa é fortalecer cada vez mais a interação entre empresa e comunidade, divulgar práticas já realizadas, compreender os desafios e potencialidades locais e, em conjunto, proporcionar um desenvolvimento mais sustentável.

Além dos temas ambientais, sociais e econômicos, que são parte da metodologia de trabalho, este ano abordamos a temática COVID-19 seus impactos nas comunidades locais, projetos e temas específicos de cada cidade:

Pradópolis (SP): Construção da planta UTE na Usina São Martinho.

Iracemápolis e Américo Brasiliense: Queimadas e descarte de resíduos na comunidade.

Quirinópolis (GO): Construção da planta Etanol de Milho na Usina Boa Vista.

O engajamento proativo com essas comunidades fortalece ainda mais o nosso relacionamento e abre caminhos para um diálogo amplo, construtivo e constante.

Buscando dar transparência ao processo de divulgação, os resultados socioambientais da Companhia são detalhadamente descritos no Relatório Anual de Sustentabilidade. A São Martinho adota a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional utilizado nesse tipo de documento. O relatório de todos os anos está disponível para download no site da Companhia.

AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19 JUNTO AS COMUNIDADE LOCAIS

- Participação no projeto de Construção de Leitos de UTI na Santa Casa de Araraquara
- Reativação de 28 leitos de enfermaria e contratação de 55 profissionais de saúde para atender COVID-19 no HC de Ribeirão Preto, em parceria com BTG Pactual.
- Apoio na infraestrutura hospitalar dos hospitais, doação de respiradores portáteis, aos municipais de Pradópolis, Américo Brasiliense, Iracemápolis e Quirinópolis. Parceria com Lifemed e Whirlpool.
- Doação de Kit teste COVID-19 para apoio na pesquisa por amostragem da Faculdade UEG de Quirinópolis (GO).
- Apoio ao projeto da COMUNITAS - OSCIP responsável por angariar recursos privados para a construção do Centro de Produção Multipropósito de Vacinas – CPMV - adequando área preexistente situada no Instituto Butantã para produção em larga escala produção da vacina SARS-COV - Covid-19, desenvolvida pelo laboratório Sinovac.
- Compra de 3 eletrocardiógrafos digitais para o Hospital Estadual de Américo Brasiliense, em junho de 2020, para atender a estrutura COVID-19
- Entrega de equipamentos de proteção apoiando a prevenção do COVID-19. Mais de 13 mil máscaras e 9 mil frascos, entre gel e líquido, para as comunidades locais, por meio da Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação e Fundo Social. Doação de álcool 70 nas comunidades locais distribuído diretamente pela São Martinho – totalizando 187 mil litros - para as Secretarias de Saúde e Santas Casas no Estado de São Paulo, Secretaria da Saúde de Goiás, assim como as Prefeituras de Quirinópolis (GO) e Paranaiguara (GO).

GESTÃO DE PESSOAS

Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como em pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, a São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes. Diante disso, estudar novas tecnologias e parcerias, e agregar maior valor ao

seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da Companhia para enfrentar os desafios do setor sucroenergético.

Abaixo detalhamos os programas que a Companhia desenvolve:

Programa de Estágio: o estágio é uma importante fonte de experiência e aprendizado para os futuros profissionais se prepararem para os desafios que irão encontrar no mercado de trabalho.

O programa proporciona experiências práticas para complementar a formação curricular e acadêmica, gerando desenvolvimento em relação aos conhecimentos técnicos e novas habilidades comportamentais para aplicações no dia a dia.

Para o estudante, a familiarização com as atividades em nível de ensino/aprendizado, proporciona um ambiente de interação entre teoria e prática, além de facilitar e aumentar a experiência, diminuir o impacto e as dificuldades de adaptação no futuro emprego, quando o estagiário iniciar sua caminhada profissional.

A São Martinho valoriza e incentiva a oportunidade do aprendizado por meio do estágio, afinal a descoberta de novos talentos e a oportunidade de aprendizado faz a diferença no que tange o respeito pelas pessoas.

Programa de Trainees: com duração de 18 meses, o programa foi criado em 2008, e tem o objetivo de encontrar jovens talentos para ocupar cargos estratégicos da empresa. Os participantes são candidatos externos, recém-formados ou em final de curso nas áreas de atuação da Companhia.

O programa é desenvolvido com apoio de uma consultoria externa, responsável pelos conteúdos comportamentais que visam o desenvolvimento das competências alinhados à estratégia atual da Companhia.

Além disso, complementa o processo de desenvolvimento dos jovens, a qualificação técnica através de *job rotation* agroindustrial e apresentações específicas sobre os processos administrativos, ações de responsabilidade social e de qualidade de vida. Ao final do programa, os trainees elaboram um projeto que é apresentado para diretoria, gestores e colegas. **O programa iniciou na safra 2020/21 com 40 trainees e com término previsto na safra 2021/22.**

Valores em Ação: o programa, de 18 meses de duração, foi criado em 2010 e é direcionado a colaboradores que já fazem parte do quadro da empresa. O objetivo é acelerar o processo de desenvolvimento de potenciais identificados, preparando-os para maiores desafios. Para isso, a São Martinho conta com apoio de uma consultoria especializada em desenvolvimento comportamental. **A edição teve início no primeiro semestre de 2019 com 76 participantes e encerra em agosto de 2021.**

Programa de Sensibilização Comportamental: criado em 1999, anualmente todos os colaboradores da Companhia são convidados a participar deste programa que visa desenvolver o ser humano. Seu objetivo principal é abordar os aspectos relacionados à comportamentos, atitudes e valores, tornando-os melhores pessoas e profissionais, alinhados às estratégias da Companhia. **Devido a pandemia do coronavírus, o programa foi interrompido durante a safra 2020/21, e cerca de 33% dos colaboradores puderam participar.**

Programa Segundo Tempo: visando preparar os colaboradores com idade entre 63 e 65 anos para seu desligamento, em 2017 foi criado este programa. O objetivo é promover um processo de reflexão-ação sobre as fases de mudança na carreira, possibilitando a elaboração de um projeto

de vida: aspectos físicos, intelectuais, sociais e financeiros são abordados. **Na safra 2020/21 o programa não aconteceu devido à pandemia do coronavírus.**

Programa Aprendiz: realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). **Em 2020/21, proporcionou capacitação profissional para cerca de 388 aprendizes de idades entre 16 a 24 anos incompletos.** Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, mecânico de manutenção de máquinas industriais, assistente administrativo, mecânico de usinagem e mecânico de manutenção Industrial e veículos pesados. Após a certificação os jovens passam por processo seletivo e concorrem a vagas na companhia. **No último ano, 14 jovens foram efetivados em nossas usinas.**

Remuneração: As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da Companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas).

A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização.

8.3. Governança

A São Martinho confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da B3, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, por meio do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais.

Para atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações da Companhia na B3, em 2007, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – documentos, como comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia.

Na safra 2019/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Conformidade da São Martinho, que sintetiza uma série de ações para a melhoria da governança e demonstra o compromisso da alta administração com o tema. O Plano tem o objetivo de fortalecer mecanismos para o desenvolvimento de uma gestão capaz de lidar com incertezas, responder a eventos que representem risco aos objetivos organizacionais e resolver questões que envolvam possíveis violações éticas, legais ou às normas internas.

9. Aderência à Câmara de Arbitragem

A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, nos termos do artigo 47 de seu Estatuto Social.

10. Serviços Prestados pelos Auditores Externos

Em relação aos Auditores Independentes:

	Exercício social findo em 31 de março de		
	2021	2020	2019
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (1º trimestre)	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 22º andar, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 3516-6600	Responsável 2º trim, 3º trim e 4º trim: Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 22º andar, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 3516-6600 Responsável 1º trim: Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559	Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559
c) Data da contratação dos serviços	28 de agosto de 2020	5 de agosto de 2019	14 de agosto de 2018
d) Descrição dos serviços contratados	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2021 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, contábeis trimestrais individuais (controladora) e Revisão das informações contábeis trimestrais consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas das demonstrações financeiras e informações demonstrações financeiras e informações expedidas pela CVM; Revisão da tradução das trimestrais para o idioma inglês e emissão de trimestrais para o idioma inglês e tradução livre do relatório do auditor independente e relatório de revisão de informações trimestrais.		
e) Substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Sim	Não houve substituição do auditor
i) Justificativa da substituição		Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 308/99	
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não há	Não há	Não há

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

Serviços de auditoria: R\$ mil 1.662

Outros serviços: R\$ mil 432

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), por meio de sua filial localizada em Ribeirão Preto – SP, foi contratada para prestar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de março de 2021 e revisões das informações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente a PwC foi contratada para (i) revisão das apurações de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e IPI) e do preenchimento da declaração ECF ano-calendário 2020 e (ii) revisão dos créditos de PIS/COFINS.

Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes:

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelos quais entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuição da Diretoria e dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, PwC, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a PwC não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

**Parecer Conselho Fiscal
SÃO MARTINHO S.A.
CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56
NIRE Nº 35.300.010.485
Companhia Aberta**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
SÃO MARTINHO S.A.**

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO MARTINHO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei 6.404/76, procederam a análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2021, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 21.6.2021 sobre as demonstrações financeiras assim como seus esclarecimentos, concluíram que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária dos Acionistas, assim como, opinam favoravelmente sobre as propostas da Administração para: a) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2021; b) Distribuição de dividendo obrigatório e complementar ; c) Orçamento de Capital safra 2021/2022, base para retenção de lucros; e, d) Aumento do Capital Social, com utilização da Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva de Capital.

São Paulo, 21 de junho de 2021.

Conselheiros:

Maurício Curvelo de Almeida Prado

Carlos Alberto Ercolin

Paulo Nobrega Frade

SÃO MARTINHO SA
CNPJ/MF N.º 51.466.860/0001-56
NIRE N.º 35.300.010.485
CAPITAL ABERTO

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Informações necessárias para a Assembleia Geral Ordinária
referente ao exercício encerrado em 31 de Março de 2021.
(Instrução CVM N° 481/2009)

Proposta de Orçamento de Capital

(Anexo 9-1-II da I CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

Conforme artigo 196 da Lei 6404/76, o Conselho de Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada em 30.7.2021, o Orçamento de Capital para o exercício de 2021/2022, no valor de R\$ 397.880.879,38 (trezentos e noventa e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Aplicações:

Investimentos planejados relacionados principalmente com Capex de Melhoria Operacional e/ou Capital de Giro.

São Paulo, 21 de Junho de 2021.

Fábio Venturelli
Presidente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2021.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 21 de Junho de 2021 pela PricewaterhouseCoopers, CRC 2SP000160/O-5.